



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**

**DIEGO FERREIRA MARINHO**

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PRISIONAL DO  
PRESÍDIO DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA NA CIDADE DE  
JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA**

**2023**

**DIEGO FERREIRA MARINHO**

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PRISIONAL DO  
PRESÍDIO DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA NA CIDADE DE  
JOAO PESSOA**

Trabalho de conclusão de curso (Monografia) apresentado ao curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Gerlane Farias Alves**

**JOÃO PESSOA**

**2023**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catálogo e Classificação**

M338p Marinho, Diego Ferreira.

O papel social do bibliotecário na Biblioteca Prisional do Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega na cidade de João Pessoa- PB / Diego Ferreira Marinho. - João Pessoa, 2023.  
62 f. : il.

Orientação: Gerlane Farias Alves.  
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Biblioteca especializada. 2. Biblioteca prisional. 3. Papel social do bibliotecário. 4. Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega. I. Alves, Gerlane Farias. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02

**DIEGO FERREIRA MARINHO**

**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PRISIONAL DO  
PRESÍDIO DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA NA CIDADE DE JOAO  
PESSOA**

Trabalho de conclusão de curso (Monografia)  
apresentado ao curso de Biblioteconomia do  
Departamento de Ciência da Informação,  
vinculado ao Centro de Ciências Sociais  
Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba  
como requisito parcial para a obtenção do título  
de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 09 / 11 / 2023

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 GERLANE FARIAS ALVES  
Data: 26/11/2023 20:20:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Gerlane Farias Alves**

(Orientadora – DCI/UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO  
Data: 27/11/2023 12:04:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Genoveva Batista do Nascimento**

(Examinadora – DCI/UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 ROSA ZULEIDE LIMA DE BRITO  
Data: 28/11/2023 09:48:04-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Zuleide Lima de Brito**

(Examinadora – DCI/UFPB)

*“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência”.*

*Mahatma Gandhi*

## AGRADECIMENTOS

Quero começar agradecendo primeiramente a Deus, pela sabedoria, paciência e perseverança em minha vida, dádivas concedidas por ele, e que me fortaleceram ao longo da caminhada acadêmica, principalmente naquelas horas turbulentas em que fraquejamos e pensamos em desistir, mas lembramos que tudo na vida acontece para nos fortalecer.

Gostaria de agradecer grandemente a minha amada esposa, pelas horas de luta e dedicação, travada pela mesma, para que eu pudesse me dirigir todos os dias para a universidade, e também por ser minha amiga, minha conselheira, meu amor e minha fortaleza.

Agradeço a minha querida mãe e meus irmãos, seres ímpares em personalidade, força e determinação. Pessoas que admiro, respeito e amo de coração.

Agradeço aos meus filhos Maria Luiza e Daniel, dois tesouros que Deus me presenteou, para me tornar um homem melhor, um pai melhor e conhecer o amor puro e verdadeiro nos seus olhares, ou nos gritos de saudade quando retornava para casa.

Também quero agradecer a minha saudosa sogra In Memoriam: Luiza Severina, que partiu de nossas vidas de repente, mas que tenho certeza que está num bom lugar no céu, junto a meu estimado e não menos amado sogro In Memoriam: Marivaldo Estevam, pessoas que passaram por nossas vidas e deixaram muitas saudades.

Quero agradecer também as professoras Dr<sup>a</sup>. Genoveva Batista e Dr<sup>a</sup>. Rosa Zuleide por fazerem parte da minha história acadêmica no curso de Biblioteconomia e desempenharem com amor a missão de docentes, pessoas que tomo como referência de profissionais dedicadas, e atenciosas, e que diante disso tudo me privilegiaram demais por aceitarem meu pedido de participação em minha banca examinadora, marcando definitivamente o meu afeto e apreço por elas.

E por último gostaria de agradecer imensamente a minha orientadora Professora Ma. Gerlane Farias, pelas horas dedicadas ao meu êxito, por dividir o conhecimento comigo na construção desse trabalho científico, e fico feliz por ter sido orientado por ela, tendo em vista que além de ser minha orientadora, também foi minha colega de turma em períodos anteriores.

## RESUMO

As bibliotecas especializadas surgem inicialmente com o intuito de atender cursos ligados às áreas de medicina e direito. Com o passar dos anos, se tornam instituições que desempenham um papel crucial na disseminação, organização e guarda do conhecimento em campos específicos, com um papel social voltado as necessidades específicas de um público diversificado como pesquisadores, profissionais e estudantes. O objetivo desse trabalho é analisar os desafios e obstáculos enfrentados pelo bibliotecário para exercer seu papel social nas bibliotecas prisionais de João Pessoa e as contribuições desse profissional para a reabilitação e a redução da reincidência criminal. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, sob uma abordagem de cunho quali-quantitativa. O local da pesquisa é a biblioteca prisional do Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega – Roger na Cidade de João Pessoa - PB dentro do universo prisional. Serão utilizados como instrumento de coleta de dados três questionários semiestruturados. Os questionários foram aplicados à três grupos de sujeitos distintos que fazem parte do universo daquele presídio. Os resultados apontam que existe um mercado de trabalho ainda não explorado pelos bibliotecários dentro do ambiente carcerário, e que necessita urgentemente da atenção de todos os órgãos representantes da classe, para que se mobilizem junto aos Governo Federal e Estadual, no sentido de solicitarem providências para o ato de se fazer cumprir o que já é definido em lei, que é a inserção do bibliotecário nas bibliotecas prisionais. Identificamos ainda que as bibliotecas prisionais são carentes dos trabalhos desenvolvidos por um bibliotecário, no sentido de organização, incentivo à leitura, desenvolvimento do acervo de forma sustentável, e que se empenhem em buscar novas ferramentas que melhorem a qualidade do serviço oferecido aqueles usuários. Com isso, conclui-se que a Biblioteca Prisional é uma ferramenta de reabilitação dos apenados que não tem recebido a devida importância, e que apesar de sua existência ser regulamentada em lei federal, é necessário uma atenção maior por parte dos governos, na administração das bibliotecas prisionais, fazendo-se necessário à inserção do bibliotecário, que é o profissional da informação com características sociais, preocupados com a recuperação daquelas pessoas que vivem uma degradação humana resultada do seu encarceramento.

**Palavras chave:** Bibliotecas especializadas; Biblioteca Prisional; Papel social do bibliotecário; Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega – Roger na Cidade de João Pessoa – PB.

## ABSTRACT

Specialized libraries initially arise with the aim of serving courses linked to the areas of medicine and law. Over the years, they become institutions that play a crucial role in the dissemination, organization and storage of knowledge in specific fields, with a social role focused on the specific needs of a diverse audience such as researchers, professionals and students. The purpose of this document is to analyze the challenges and obstacles faced by librarians in carrying out their social role in the prison libraries of João Pessoa and the contributions of this professional to the rehabilitation and reduction of criminal recidivism. This is a bibliographic and documentary research, using a qualitative-quantitative approach. The research location is the prison library of the Desembargador Flósculo da Nóbrega Prison – Roger in the city of João Pessoa - PB within the prison universe. Three semi-structured questionnaires will be used as a data collection instrument. The questionnaires were applied to three different groups of subjects who are part of the universe of that prison. The results indicate that there is a job market that has not yet been explored by librarians within the prison environment, and that it urgently needs the attention of all bodies representing the class, so that they can mobilize with the Federal and State Governments and request measures to to enforce what is already defined by law, which is the insertion of the librarian in prison libraries. We also identified that prison libraries lack the work carried out by a librarian, in terms of organization, encouraging reading, development of the collection in a sustainable way, and that they are committed to seeking new tools that improve the quality of the service offered to those users. With this, it is concluded that the Prison Library is a tool for the rehabilitation of inmates that has not received due importance, and that despite its existence being regulated by federal law, greater attention is needed from governments in the administration of prison libraries, making it necessary to include the librarian, who is an information professional with social characteristics, concerned with the recovery of those people who experience human degradation as a result of their incarceration. Keywords: Specialized libraries; Prison Library; Social role of the librarian; Judge Flósculo da Nóbrega – Roger Prison in the City of João Pessoa – PB.

Keywords: Specialized libraries; Prison Library; Social role of the librarian; Resocialization; City of João Pessoa-PB.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

FIGURA 1 - Suportes do surgimento da escrita.....	14
FIGURA 2 - Monges copistas no mosteiro.....	15
FIGURA 3 - Invenção da prensa de tipos móveis de Johannes Gutemberg.....	16
FIGURA 4 - Mapa da Casa de Correção da Côrte.....	29
FIGURA 5 - Foto de fachada do ROGER.....	33
FIGURA 6 - Biblioteca compartilhada com a sala de aula.....	35
FIGURA 7- Remissão pela leitura.....	36
FIGURA 8- Biblioteca, organização e apenado.....	51
FIGURA 9 - Livros didáticos e de direito da biblioteca do Roger.....	52

## **LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS**

### **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Características de uma Biblioteca Especializada .....	18
QUADRO 2- Decreto Imperial x Lei de Execução Penal.....	26

### **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 - FAIXA ETÁRIA.....	36
GRÁFICO 2 - GRAU DE ESCOLARIDADE.....	37
GRÁFICO 3 – ADMINISTRAÇÃO DA BIBLIOTECA.....	46
GRÁFICO 4 – ENTREVISTA DE 40 APENADOS.....	47
GRÁFICO 5 – ESCOLARIDADE DOS APENADOS DO ROGER.....	48

## **LISTA DE SIGLAS**

CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFLA - International Federation of Library Association.

INFOPEN – Informações Penitenciárias.

LEP - Lei de Execução Penal.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária.

SENAPPEN – Secretaria Nacional de Políticas Penais Nacional.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2. A TRAJETÓRIA DE SURGIMENTO DA BIBLIOTECA .....	13
2.1. As Bibliotecas Especializadas .....	17
2.2 As Bibliotecas Especiais no contexto Carcerário .....	19
2.3 A Biblioteca Prisional e sua relação com a Educação.....	21
2.4 Biblioteca Prisional: um direito do apenado assegurado por lei .....	24
2.5 Biblioteca Prisional Brasileira: Breves Relatos .....	25
3. SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO .....	28
3.1 O Sistema Penitenciário da Paraíba.....	32
3.3 O Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega – Roger.....	32
4. O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECA PRISIONAL DO PRESÍDIO DO ROGER EM JOÃO PESSOA-PB.....	38
5. PERCURSO METODOLÓGICO.....	45
5. 1 Caracterização da pesquisa.....	43
5.2 Universo da Pesquisa.....	43
5.3 Local da Pesquisa .....	44
5.4 Instrumento de Coleta dos dados.....	44
6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	45
6.1 Resultados Obtidos .....	51
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
REFERÊNCIAS .....	55
APÊNDECE A – TRANSCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO DE FORMA ONLINE (GOOGLE FORMS) AOS PROFESSORES.....	60
APÊNDECE B - ENTREVISTA AOS USUÁRIOS (APENADOS) DA BIBLIOTECA PRISIONAL DA UNIDADE PRISIONAL: DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA – ROGER .....	59
APÊNDECE C - ENTREVISTA AOS GESTORES DA BIBLIOTECA PRISIONAL DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA – ROGER.....	60
ANEXO 1 - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	61
ANEXO 2 - TERMO DE PERMISSÃO DO DIRETOR DO USO DAS INFORMAÇÕES...62	

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio a uma era da informação e do conhecimento, a biblioteca desempenha um papel insubstituível como pilar da sociedade, promovendo alfabetização e inclusão social, deixando de ser um espaço físico responsável pela guarda do conhecimento, e transformar-se em um lugar para se trocar ideias, um lugar vivo e pulsante que desempenha seu papel na construção, disseminação e preservação do conhecimento. A biblioteca sai de sua zona de conforto para encarar os desafios e obstáculos, de uma sociedade contemporânea, auxiliando seu usuário na sua busca de novas habilidades, em mundo em constantes mudanças.

Historicamente as bibliotecas sempre foram associadas a concepção de guardiãs do conhecimento e dos saberes registrados em diferentes suportes e formatos, é um repositório de memória onde o presente e o passado se encontram.

No contexto deste trabalho acadêmico, as Bibliotecas Especializadas darão luz as discussões acerca das bibliotecas prisionais, visto que as bibliotecas especializadas têm seu papel importante voltado a um público restrito e diversificado específico, com necessidades de conhecimento específico para pesquisadores, profissionais e estudantes, como em áreas da medicina e direito. Seu papel crucial é no fortalecimento das comunidades acadêmicas e seus profissionais, desempenhando seu papel crítico como guardiã do saber, facilitadora da pesquisa e catalisadora do avanço em áreas específicas do conhecimento.

A biblioteca prisional também desempenha o seu papel social perante a sociedade, e através dos trabalhos ofertados dentro da unidade prisional, a biblioteca incentiva a leitura, o acesso à educação, a ressocialização, a recuperação e reintegração do apenado na sociedade, sob uma nova perspectiva de vivência social e recuperação de virtudes antes esquecidas ou nunca construídas a partir da leitura.

Pensar a educação em um espaço onde sequer os direitos humanos são garantidos é uma tarefa complexa, como ressalta Onofre (2012, p.55) em sua pesquisa, analisando o significado da escola para os presos, mediante entrevistas em que estes afirmam a importância da leitura e da escrita para a garantia de seus direitos:

A leitura e a escrita se revelam, portanto, como ferramentas importantes na formação desses homens que desejam ser “alguém”. Sem dúvida, os que têm um grau de escolaridade mais elevado, são mais respeitados e valorizados na prisão, seja por funcionários, seja por outros presos. A leitura e a escrita promovem a aquisição de conhecimentos, melhorando o relacionamento e criando novas maneiras de pensar, viver e comportar-se dentro e fora das grades (Onofre, 2012, p. 55).

Como a grande maioria dos presos não possui formação escolar completa, a biblioteca na prisão torna-se uma ferramenta importante na recuperação do apenado, visto que possivelmente este será o primeiro contato dessas pessoas com uma biblioteca.

Diante do exposto acima, temos a seguinte problemática nesse trabalho: **Quais os desafios e obstáculos enfrentados pelo bibliotecário para exercer seu papel social nas bibliotecas prisionais de João Pessoa e que contribuição esse profissional pode trazer para a reabilitação e redução da reincidência criminal?**

Desse modo, nosso objetivo geral é analisar os desafios e obstáculos enfrentados pelo bibliotecário para exercer seu papel social nas bibliotecas prisionais de João Pessoa - PB e as contribuições desse profissional para a reabilitação e a redução da reincidência criminal. Para isso buscamos compreender o papel das bibliotecas prisionais, identificar os obstáculos e desafios enfrentados pelo bibliotecário para exercer sua função na biblioteca prisional e demonstrar os benefícios trazidos pela existência do profissional da informação na biblioteca prisional.

A escolha desse tema partiu de conversas informais com colegas de turma de biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, e a professora Dra. Edna Gomes Pinheiro responsável pela disciplina laboratório de práticas integradas IV, onde a mesma enfatizou a importância de uma pesquisa sobre o referido tema. Desse modo, alinhando esse primeiro olhar sobre o assunto com o conhecimento prático que possuo por exercer a função de policial penal desde o ano de 2012, surgiu o entusiasmo em contribuir cientificamente para o curso de biblioteconomia da UFPB como o tema proposto.

Sendo assim, como justificativa pessoal, podemos dizer que escolhemos o tema a partir da percepção que poderíamos unir o assunto “bibliotecas prisionais” com a experiência existente do graduando na sua profissão de policial penal.

Socialmente acreditamos que nosso trabalho pode contribuir para uma melhor compreensão sobre os obstáculos e desafios enfrentados pelos profissionais da informação no ambiente desse tipo de biblioteca, visto de forma mais frequente a sua ausência nos espaços cedidos para o funcionamento das bibliotecas prisionais, apesar destas existirem e serem regulamentadas por lei federal.

Academicamente, buscamos realizar um trabalho que contribua para o curso de biblioteconomia da UFPB mostrando um tema ainda pouco explorado pelos pesquisadores da área, mas que já apresenta um grande potencial informativo sobre a presença ou ausência dos

profissionais bibliotecários nesses espaços além do impacto de seu trabalho na reincidência, remissão, e sua contribuição com a reintegração social.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: após a introdução temos a seção 1 intitulado “A trajetória de surgimento da biblioteca” onde se faz uma breve contextualização histórica do surgimento da biblioteca. Esta seção se divide em 5 subseções: 2.1 Bibliotecas especializadas; 2.2 Bibliotecas especiais no contexto carcerário; 2.3 Biblioteca prisional e sua relação com a educação; 2.4 Biblioteca prisional: um direito do apenado assegurado por lei; e 2.5 Biblioteca prisional na cidade de João Pessoa-PB.

A seção 3 em sequência no trabalho é intitulada “O Sistema Penitenciário Brasileiro” e traz uma perspectiva do funcionamento das penitenciárias relativas aos projetos de ressocialização dos apenados. Este se subdivide em 2 subseções: 3.1 O sistema penitenciário da Paraíba; 3.3 Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega – Roger.

A seção 4 é intitulada “O papel social do bibliotecário nas bibliotecas prisionais de João Pessoa-PB”, e apresenta as contribuições e as dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário em seu trabalho voltado a promoção da leitura através das bibliotecas prisionais existentes num dos maiores presídios da cidade de João Pessoa- PB.

A seção 5 traz o percurso metodológico da pesquisa apresentando a caracterização da pesquisa, seu universo, o local onde foi aplicada e os instrumentos utilizados para a coleta de dados. Por último, trazemos uma análise e interpretação dos dados obtidos com seus respectivos resultados através de gráficos e tabelas que facilitam a visualização do leitor em torno do tema debatido seguido das considerações finais, referencias e os anexos e apêndices onde apresentamos o questionário utilizado para a coleta de dados e os termos utilizados para a permissão de coleta destes e da realização da pesquisa.

## **2 A TRAJETÓRIA DE SURGIMENTO DA BIBLIOTECA**

A Biblioteca é uma Instituição destinada ao armazenamento e disseminação do conhecimento, e sua palavra tem origem grega *Bibliotheke*, do grego “*Biblion*” como sendo livro e “*Theke*” que significa caixa ou depósito respectivamente. A biblioteca possui uma história rica em conhecimento e que se estende por milênios. Seu surgimento teve início paralelo ao da escrita, período em que o ser humano sentiu a necessidade de registrar o conhecimento em suportes e de guarda-los. Segundo Koutantos (2007):

Sua concepção atual compreende todo espaço (concreto, virtual ou híbrido) destinado a uma coleção de informações de quaisquer tipos, sejam escritos em folhas de papel ou ainda digitalizados e armazenados em outros tipos de

materiais, tais como CD, fitas, VHS, DVD e Banco de dados, revistas e jornais também são colecionados e armazenados especialmente em uma hemeroteca (Koutantos, 2007, p. 25).

As primeiras bibliotecas remontam a antiguidade, período esse em que todos os livros eram manuscritos, ou seja, eram escritos e copiados à mão. Todavia, vários suportes foram utilizados no registro do conhecimento ao longo dos tempos: desenhos nas paredes das cavernas, tabuletas de argila, papiros, pergaminhos, papel, mídias digitais (CD, DVD, fitas VHS, entre outros), ambientes digitais (nuvens e memórias removíveis). Com o advento da imprensa de Gutemberg, houve um crescente na produção escrita do conhecimento, e isso contribuiu para o desenvolvimento da biblioteca. Toda trajetória da biblioteca e seu desenvolvimento está diretamente relacionado à evolução da civilização, e durante cada momento dessa evolução ocorreu em períodos diferentes e com particularidades individuais. (Milanesi, 2002). Milanesi (2002) ressalta que:

[...] essa atividade de buscar o que foi guardado e de guardar o que foi registrado (e de registrar o que foi imaginado) é a forma possível para manter viva a memória da humanidade, forma essa em constante aperfeiçoamento (Milanesi, 2002, p.9).

O desenvolvimento da biblioteca aconteceu durante quatro épocas históricas distintas: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. A história nos mostra que as bibliotecas na antiguidade surgem “[...] da necessidade do homem em reunir e conservar os conhecimentos de sua época, o que só é possível a partir da invenção da escrita” (Silva, 2013, p.2).

No caso da Idade média, a mesma era caracterizada pela existência dos copistas e a preocupação em armazenar as diversas produções do conhecimento da época. Neste período utilizava-se como principal suporte para os livros, pergaminho sem deixar de lado ainda a utilização do papiro que fora preservado devido o trabalho feito nas bibliotecas antigas.

Figura 1 – Suportes do surgimento da escrita.



Fonte: <https://mapasbiblicos.blogspot.com/2012/02/o-surgimento-da-escrita.html>.

Ainda na Idade Média, destaca-se a existência de bibliotecas nos mosteiros, dos conventos e da ordem religiosa. O acesso era restrito, pois partiam da premissa de que as obras produzidas e guardadas eram sinônimas de poder e conhecimento. Segundo Martins (1998):

Até à Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: São organismos mais ou menos sagrados, ou pelo menos, religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem” de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado (Martins, 1998, p.71).

Figura 2. Monges Copistas no Mosteiro.



Fonte: Slide Share.

Apenas os proprietários de bibliotecas emprestavam seus livros aos seus amigos, para que os mesmos copiassem. Já os patronos das bibliotecas públicas tinham permissão para copiar os livros, mas não tinham permissão para emprestá-los. Desse modo, podemos observar que antes da Renascença, as bibliotecas eram tidas como um lugar sagrado, e o seu acesso era restrito, podendo apenas os monges e sacerdotes fazerem uso dos livros causando uma áurea de mistério.

O Renascimento no século XV trouxe várias mudanças e com ele o ressurgimento de um interesse pela cultura Greco-Romana e a criação de bibliotecas na Universidade e na Corte Real. Não há como relatar qual foi a primeira biblioteca, pois não existe data nem marco histórico que referencie o seu aparecimento, e quando realizamos consultas nas obras importantes, esbarramos em muita contradição no que se refere as bibliotecas públicas.

Uma das primeiras bibliotecas públicas que se tem notícia teria sido idealizada pelo General Júlio César. Este tinha como objetivo a construção de uma delas uma pouco antes do seu assassinato, empreendimento que veio a ocorrer pelas mãos do orador Asínio Pólio, no ano

39.d.c. A biblioteca foi construída no Fórum Romano sendo a primeira Biblioteca Pública de Roma, o que “estabelece simbolicamente a primeira biblioteca pública do templo romano da liberdade” (Martins, 2002, p.78).

Contudo, o questionamento acerca da primeira biblioteca pública fica entre as de Ulpiana, fundada por Trajano, a Ambrosiana, de Milão, fundada pelo cardeal Borromeu em 1608, a Biblioteca Marciana, de Florença, no século XV e a Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau, por volta de 1450 (Martins, 2002, p. 78-79).

Chegando ao século XV, este foi marcado por vários acontecimentos importantes para a disseminação do conhecimento, todos advindos do boom informacional e da criação da prensa de tipos móveis de Johannes Gutemberg, fato determinante que possibilitou uma produção em massa de livros e conseqüentemente a sua disseminação e acesso. Esses acontecimentos fizeram uma revolução na difusão do conhecimento impulsionando a criação da biblioteca pública em várias partes do mundo, nos séculos seguintes.

Figura 3. Invenção da Prensa de Tipos Móveis de Johannes Gutemberg.



Fonte: Museu WEG.

A Idade Moderna foi um período de democratização e especialização do conhecimento. Suas bibliotecas passaram por mudanças, ampliaram seu acervo e seu papel, passando a organizar o conhecimento e buscando disponibilizar o livro a todos que buscassem o conhecimento. Uma das características desse período moderno é a socialização. Identifica-se pelo crescimento das bibliotecas públicas, a política de livre acesso ao acervo e aos seus diversificados serviços. Desse modo, Martins explana que:

A biblioteca moderna não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita mais ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade (Martins, 1998, p.325).

No século XIX e início do século XX, bibliotecas públicas e acadêmicas se proliferaram em todo o mundo. Eles proporcionaram locais de aprendizagem pesquisa e inclusão social, oferecendo acesso a uma rica variedade de recursos. Várias áreas do

conhecimento surgiram e junto com ele as necessidades dos usuários, para poder melhor atender esses usuários, surgindo também vários tipos de bibliotecas e cada uma delas com denominação, responsável por um conhecimento específico.

Apareceram assim vários tipos de bibliotecas como: escolares, universitárias, especializadas, comunitárias, virtuais, dentre outras. A história de origem e desenvolvimento de cada biblioteca está diretamente relacionada ao tipo de usuário que busca a informação e ao acervo oferecido.

O contexto desta pesquisa dá ênfase as Bibliotecas Especializadas, que têm a função de atender um público restrito e diferenciado, e que possuem necessidades especiais ou apresentam determinadas limitações. Para isso o usuário fará uso de um acervo especial, como por exemplo, as bibliotecas para deficientes visuais (braile), bibliotecas em hospitais e as bibliotecas em presídios (Oliveira, 2005).

Esta última, a biblioteca especializada no contexto carcerário, será alvo de nossa pesquisa científica. Sua escolha se deu por conta de ser um tema ainda pouco explorado na biblioteconomia. Desse modo, mesmo sabendo a carência do material voltado para o tema, pensamos em abarcar-la com o intuito de contribuir com futuras pesquisas e mostrar sua importância para nossa área de atuação quanto profissional da informação.

## **2.1 As Bibliotecas Especializadas**

As primeiras bibliotecas desta categoria foram as dos laboratórios, das grandes empresas e das associações profissionais, devido ao extraordinário desenvolvimento da ciência e tecnologia no início do século XX (Fonseca, 2007). O conceito de biblioteca especializada, conforme Silva et al (2012), vêm da união entre usuário e acervo; ela é uma unidade de informação com acervo especializado destinado à satisfação das necessidades informacionais de um público específico.

Para Figueredo (1979) as bibliotecas especializadas surgiram no início do século XX, sendo influenciadas fortemente pelos impactos da fase industrial, sobretudo com o avanço proporcionado aos ramos da ciência e da tecnologia na sociedade pós-moderna.

Apesar do tempo decorrido desde o artigo de 1979 publicado por Figueiredo sobre os paralelos e diferenças entre bibliotecas universitárias e especializadas, é ainda a partir dele que, com algumas poucas alterações, é possível observar características gerais das bibliotecas especializadas.

Ainda segundo Viera (2014), a biblioteca especializada que pode ser caracterizada da seguinte forma:

A biblioteca especializada, como o nome diz, visa atender às necessidades informacionais de um grupo específico de estudantes, pesquisadores ou professores de uma determinada área ou algumas áreas específicas do conhecimento humano. Esse tipo de biblioteca normalmente é vinculado a entidades científicas ou de pesquisas, mantidas por empresas (indústrias e comércio); com interesse em determinados assuntos; ou bibliotecas mantidas por órgãos públicos, normalmente universidades ou prestadoras de serviços públicos especializados com interesse em pesquisa na área (Vieira, 2014, p. 25).

A Biblioteca Especializada possui um público restrito e diversificado desempenhando um papel social voltado as necessidades específicas de pesquisadores, profissionais e estudantes em disciplinas particulares que fazem uso de um acervo especial em áreas como Ciência, Tecnologia, Saúde, Direito e outras disciplinas. Seu conceito de biblioteca especializada tem ligação aos registros históricos de bibliotecas dedicadas à área de Medicina e Direito na antiguidade. O quadro abaixo mostra as principais características da biblioteca especializada

QUADRO 1 – Características de uma Biblioteca Especializada

<b>BIBLIOTECA ESPECIALIZADA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Pessoa	De alto nível, qualificado
Estrutura organizacional	Claramente definida
Financiamento	Contínuo, com médio/ alto custo
Orientação	Por assunto
Localização	Companhias industriais, agências do governo, sociedades profissionais, etc.
Tipo de Material	Livros, folhetos, periódicos, publicações governamentais, relatórios de pesquisa, etc.
Tamanho da coleção	Relativamente pequeno, com constante avaliação da coleção.
Serviços	Especiais e personalizados (serviço de referência, compilação de dados, serviços de alerta, treinamento no uso da coleção, etc.)

Fonte: Figueredo (1979).

A biblioteca especializada tem o objetivo de disponibilizar a informação e segundo Amaral e Souza (2003), esse objetivo independe da sua natureza legislativa, parlamentar, jurídica, governamental, privada, etc. Mas é possível observar cinco especificidades da

biblioteca especializada: sua localização (instituições profissionais, bancos, etc.), sua área de cobertura (um grupo de temas ligado a entidade a qual prestam serviço), seu tipo de usuário (servidores, grupo social, etc.), seu tamanho (comumente reduzido) e sua função (disseminar a informação para fins imediatos e utilitários).

É pertinente entender as relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação para compreender melhor a Biblioteca Especializada. Barbosa, Cendon e Caldeira (2000) dizem que a Biblioteconomia antecede a Ciência da Informação e sua predecessora, a documentação. Já Ortega (2004) considera que a biblioteconomia deu origem à bibliografia, que fundamentou a documentação, que, por sua vez, forneceu insumos à constituição da ciência da informação.

No entendimento de Fonseca (2007) a noção de biblioteca especializada surgiu de uma constante busca de soluções para os problemas de informação, resultado de um crescimento gradual de ideias e dos avanços tecnológicos, tanto que, as primeiras bibliotecas especializadas foram as dos laboratórios das grandes empresas e associações profissionais, devido ao extraordinário desenvolvimento da ciência e tecnologia no início do século XX.

Maia et. al. (1991) enfatizam o papel de biblioteca especializada como aquela que vincula informação relevante para o planejamento, a tomada de decisão e a solução de problemas. Desse modo, a biblioteca especializada tem como características comuns o atendimento à instituição na qual estão inseridas, uma clientela especializada composta de pesquisadores e cientistas de um instituto ou centro de pesquisa, funcionários ou servidores de uma empresa ou órgão público.

Beneduzi (2004) elucida a biblioteca especial como “o grupo mais heterogêneo de bibliotecas, sendo mantidas pelo poder público, pelas igrejas e por instituições particulares”. Elas devem oferecer serviços de forma exclusiva ou personalizada como é o caso das bibliotecas prisionais que atendem um público específico: os apenados.

A especialidade estudada neste trabalho será no contexto carcerário, onde as bibliotecas prisionais desempenham seu papel social, reabilitando o apenado através da leitura e da construção de uma nova forma de vida.

## **2.2 As Bibliotecas Especiais no contexto Carcerário**

As bibliotecas especiais são unidades de informação responsáveis por disponibilizar para as pessoas privadas de liberdade o acesso à informação através do livro e da leitura

intramuros. O trabalho realizado pelas bibliotecas prisionais dão suporte ao desenvolvimento humano e a geração de conhecimento. A leitura e o acesso ao conhecimento têm papel importante na recuperação da pessoa privada de liberdade, transformando o reeducando e conscientizando toda a comunidade carcerária.

Estudos mostram que ao mesmo tempo em que a conscientização da comunidade carcerária acontece de maneira lenta, ela também ocorre de forma progressiva, sendo que para isso se faz necessário observar todos os aspectos sociais, econômicos, religiosos, literários e familiares de cada indivíduo.

Para Trindade (2009) as bibliotecas prisionais destacam-se como instituições indispensáveis ao amparo educacional, social, e cultural do apenado. O autor assinala a *Internacional Federation of Library Association and Institutions (IFLA)* como o principal órgão a instaurar em conjuntura internacional as diretrizes que as bibliotecas devem seguir em âmbito prisional. Essas diretrizes são necessárias para a manutenção de medidas para a criação de políticas públicas de implantação de bibliotecas no Sistema Penitenciário Nacional, norteando os princípios para os direitos fundamentais garantidos pela Constituição, em que os apenados possuem direitos de acesso à leitura, à educação, e principalmente a informação. Quanto ao conceito de informação destaca-se que:

Informação é uma condição básica necessária à geração de conhecimento e viabiliza a percepção acerca dos direitos e deveres dos cidadãos de uma nação, fato este que garante a consolidação da cidadania, garantindo o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos, por conseguinte favorece o crescimento socioeconômico da sociedade (Santa Anna; Zanetti; Nascimento, 2015, p. 81).

Desse modo, a Biblioteca existente no meio prisional desempenha um papel social importante na ressocialização e na recuperação dos indivíduos privados de liberdade. Ela disponibiliza conhecimento à pessoas que em muitos dos casos nunca tiveram a oportunidade de ir à escola, e conseqüentemente, passar por uma lapidação nos primeiros anos de vida, visto que, a escola juntamente com a família são responsáveis pela construção dos valores morais e cívicos do cidadão, e também proporcionam a educação necessária na construção do seu sentido de ética em suas vidas, ficando aptos na sua avaliação de certo ou errado para não caírem nas tentações e fraquezas da vida.

A pessoa privada de liberdade, quando chega à unidade prisional, é identificada socialmente pelo seu nome social e pessoal, levado em seguida para o seu cumprimento de pena dentro dos pavilhões, iniciando daí a sua marginalização ou a desconstrução dos seus valores e de seus princípios. Este apenado passará por uma adaptação àquela nova realidade, e será

desconstruído dia após dia pelo seu meio. Este indivíduo recebe um choque de realidade, e para sua sobrevivência neste local inóspito, ou nada hospitaleiro, se transformará em alguém que nem ele mesmo se reconhecerá. Nessa hora, é onde enxergamos a importância da Biblioteca Prisional, que em seu papel de ressocialização e recuperação destes indivíduos, disponibilizará conhecimento e informação necessários para ajuda-los na sua reintegração social.

Sobre a concepção de bibliotecas prisionais os autores Silva Neto e Leite (2011) compreendem está como um espaço destinado a atender a um público restrito e diferenciado que se encontra em estabelecimentos penitenciários, devendo serem vistas como:

[...] locais de oportunidades para os apenados, onde entre outras atividades, eles têm acesso à educação, à leitura, ao convívio social com os outros presos e com profissionais que atuam nesses espaços de apoio educacional, o bibliotecário, uma vez que cabe a esse profissional da informação mediar na busca de informações e no processo de aquisição e conhecimentos (Silva Neto; Leite, 2011, p. 54).

Dessa maneira, a biblioteca prisional assume um papel social inclusivo em uma sociedade que marginaliza aqueles que não seguem os parâmetros pré-estabelecidos e sua formação está ligada intrinsecamente à própria formação histórica da humanidade como órgão multiforme da coletividade.

A existência de uma biblioteca no âmbito prisional tem o objetivo principal de disponibilizar a leitura e o conhecimento aos apenados, combater o analfabetismo, e reabilitar os apenados em sua busca por uma nova vida pós-cárcere. Para cumprir o seu papel a biblioteca prisional fará uso de parcerias especiais, que possuam o mesmo propósito, dentre elas podemos citar as pastorais carcerárias formadas pela comunidade cristã que periodicamente se deslocam para pregar o evangelho e conscientizar essas pessoas marginalizadas dos erros que cometeram.

Além disso, essas parcerias contribuem para realizar a educação necessária para combater o analfabetismo, auxiliando na remissão dos apenados através de projetos sociais de remissão, dentre eles podemos citar a remissão pela leitura e remissão pela educação, todos com o propósito de reinserir essas pessoas na sociedade. Leite (2004) confirma tal apontamento e diz que “a informação é o que permite que o apenado possa acompanhar os acontecimentos do mundo fora dos muros durante o tempo que está em cárcere”.

### **2.3 A Biblioteca Prisional e sua relação com a Educação**

As primeiras bibliotecas no sistema prisional surgiram de trabalhos de leitura realizados nas prisões americanas por volta de 1870. Foi neste momento que a educação ganhou

visibilidade como uma das técnicas de reabilitação dos presos (John, 2004 apud Silva Neto, Leite, 2011, p. 51).

A educação prisional é um instrumento de ressocialização e de desenvolvimento humano de habilidades, e serve para auxiliar as pessoas privadas de liberdade a reconstruírem o seu futuro, seja durante ou após o cumprimento de sentença.

Todo trabalho desenvolvido pela educação no ambiente carcerário tem o propósito de contribuir com a sociedade, recuperando o apenado através da formação escolar ou profissional, dando ao mesmo a possibilidade de acesso a uma profissão digna e honesta, evitando assim que voltem a cometer os mesmos erros do passado, e também para que não regressem à criminalidade. No que condiz a educação no âmbito prisional, destaca-se a Lei Federal (LEP - Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984): Segundo essa lei, em seu artigo sobre Da Assistência Educacional:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos (BRASIL, 1984).

Desse modo podemos observar que a educação está definitivamente inserida no ambiente carcerário desempenhando um papel social e ressocializador dentro das unidades prisionais, através das políticas públicas estaduais, administradas pelo Estado, e geridas pelas suas secretarias específicas. A regulamentação através da supracitada lei evidencia que as prisões precisam ter salas de aulas, recursos, professores capacitados e metodologias de trabalho educacional, voltadas a população carcerária.

A Secretaria de Educação, juntamente com a Secretaria de Segurança Pública, desenvolve projetos e programas educacionais dentro das unidades prisionais para as pessoas privadas de liberdade, e para os egressos, ou seja, pessoas condenadas pela justiça que cumpriram parte de sua pena nas cadeias e presídios e que receberam o benefício da progressão de pena, onde o apenado sai de um regime fechado para um regime aberto ou semiaberto.

Para o apenado adquirir o direito de mudar de regime punitivo para um mais suave, ele passa por avaliação diária do seu comportamento dentro da unidade prisional. Desse modo, eles

serão avaliados pela sua interação social com os demais apenados, seu comportamento ao se dirigirem aos policiais penais, sua cordialidade com a educação e as pastorais carcerárias, obediência aos funcionários, sua urbanidade, e tudo isso passará pela avaliação do Direção do Presídio, juntamente com os seus chefes de disciplinas, responsáveis pela disciplina e a ordem no ambiente carcerário.

Segundo a legislação, o Estado tem o dever de garantir todos os direitos e deveres do preso, assegurando o direito ao contraditório e a ampla defesa, ou seja, todos serão considerados inocentes até que se prove o contrário, e farão uso de defensores públicos para que possam provar a sua presunção da inocência. Com o advento da Constituição Federal de 1988, o Art. 5º, inciso LVII, estabeleceu-se o princípio da presunção de inocência, segundo o qual “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (BRASIL, 1984).

Figueredo (2010, p. 65) destaca a importância da função do sistema penitenciário em “[...] preparar o indivíduo para o retorno à vida em liberdade, proporcionando-lhes os elementos necessários para tanto”. Fica claro que a educação transforma vidas e recupera a dignidade destas pessoas.

Corroborando com Teixeira (2010, p.15):

[...] a oferta de educação possibilita aos presos desenvolverem sua autonomia e ampliar os seus conhecimentos básicos. A população carcerária tem o direito humano básico à educação e que este deve centrar-se no desenvolvimento dos presos em todos os aspectos: mental, físico, social e espiritual (Teixeira, 2010, p. 15).

Acredita-se que o período em que a pessoa cumpre pena privativa de liberdade no sistema carcerário deve ser usado para refletir seus erros, e tentar buscar a sua reabilitação, sonhando em um dia ser reinserido na sociedade.

A biblioteca prisional se assemelha a biblioteca pública, porque ambas criam uma micro sociedade. A sua diferença está no tipo de usuário, pois a biblioteca prisional lida com vários tipos de delinquentes de diferentes níveis de periculosidade (Barros, 2013, p. 02).

Nesse sentido, a biblioteca prisional seria uma extensão da educação, sendo seus serviços aliados ao judiciário, com a finalidade de tentar romper a degradação do cárcere e incentivar a leitura como mecanismo de recuperação e transformação.

Quando a temática para os debates se refere aos presídios brasileiros e os direitos dos presos, é de senso comum esbarrarmos nas mais diferentes reações de similaridade e discordância por parte da sociedade. Há de se convir que a situação do Sistema Penitenciário

Brasileiro é precária, insatisfatória e sem perspectivas de mudança a longo prazo, devido à falta de políticas públicas de cultura, educação, desenvolvimento social e segurança pública.

Desse modo, observamos que as bibliotecas carcerárias cumprem um papel importante para a sociedade, pois contribuem para a ressocialização daqueles que na grande maioria das vezes são excluídos da sociedade.

## **2.4 Biblioteca Prisional: um direito do apenado assegurado por lei**

A Lei de Execução Penal – LEP (Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984), garante e regulamenta os direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade, no cumprimento de sua pena no ambiente carcerário. Nessa referida Lei Federal existe as garantias que o Estado deve assegurar para o apenado com o intuito de reinseri-lo no meio da sociedade. As pessoas privadas de liberdade têm como garantia o direito a Assistência Material, Assistência à Saúde, Assistência Jurídica, Assistência Educacional, Assistência Social, Assistência Religiosa e Assistência ao Egresso, tudo descrito da seção II à seção VII, art. 12 ao art. 27, da LEP, como descrito abaixo:

Seção II – Da Assistência Material, **Art. 12.** A Assistência Material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. **Art. 13.** O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração. Seção III – Da Assistência à Saúde, **Art. 14.** A assistência à saúde do preso e do internado, de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. Parágrafo 1º (vetado). Parágrafo 2º Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento. Seção IV – Da Assistência Jurídica, **Art. 15.** A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado. **Art. 16.** As unidades de Federação deverão ter serviços de assistência jurídica nos estabelecimentos penais. Seção V – Da Assistência Educacional, **Art. 17.** A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. **Art. 18.** O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa. **Art. 19.** O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. **Art. 20.** As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. **Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos.** Seção VI – Da Assistência Social, **Art. 22.** A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. **Art.**

**23.** Incumbe ao serviço de assistência social: I- conhecer os resultados dos diagnósticos e exames; II- relatar, por escrito, ao diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentados pelo assistido; III- acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV- promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V- promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI- providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da previdência social e do seguro por acidente no trabalho; VII- orientar e amparar, quando necessário a família do preso, do internado e da vítima. Seção VII – Da Assistência Religiosa, **Art. 24.** A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos internados, permitindo-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. Parágrafo 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos. Parágrafo 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa. Seção VIII – Da Assistência ao Egresso, **Art. 25.** A assistência ao egresso consiste: I- na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; II- na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de dois meses. Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego. **Art. 26.** Considera-se egresso para os efeitos desta lei: I- o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento; II- o liberado condicional, durante o período de prova. **Art. 27.** O serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. (BRASIL, 1984).

A sociedade precisa enxergar o grande poder de mudança que uma biblioteca possui. Um poder transformador, principalmente, no contexto carcerário, em que a leitura e as atividades recreativas são salutares para o apenado.

A biblioteca prisional é um instrumento transformador quando nos referimos ao incentivo à leitura, tem papel de destaque no combate ao analfabetismo, “ressocialização” dos apenados e na busca por uma nova vida pós-cárcere, ajuda na construção de valores, antes perdidos, que irá facilitar na adaptação por parte dos apenados, na reinserção à sociedade. Leite (2004, p. 41) confirma tal apontamento ao dizer que a informação “é o elo que permite que o apenado possa acompanhar os acontecimentos do mundo fora dos muros, durante o tempo que está em cárcere”.

## **2.5 Biblioteca Prisional Brasileira: Breves Relatos**

As bibliotecas prisionais, no Brasil, surgiram em 1882, quando passaram a ser citadas no artigo 287, dentro do último decreto imperial de número 8.386 e sob a adoção do Sistema Penal Auburniano, que consistia em confinamento solitário em cela escura no período da noite e trabalho, em rigoroso silêncio, durante o dia (BRASIL, 1882).

Neste referido decreto, podemos visualizar pela primeira vez, a legitimidade dos livros e da leitura nas prisões por meio da biblioteca. Descrevo um breve recorte do citado decreto assim:

DECRETO N° 8.386, DE 14 de janeiro de 1882.

Dá novo regulamento para a casa de correção de Côrte.

Hei por bem ordenar que se execute o regulamento que, para a Casa de Correção da Côrte, com esta baixa, assignado por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro do Estado, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1882, 61° da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador. Regulamento para a Casa de Correção a que se refere o decreto desta data:

Secção 4°

Bibliotheca e leitura.

Art. 286. Haverá uma sala, onde à noite e a hora fixada pelo diretor e reunirão por secções, nos domingos e dias santificados, os presos de 3° classe da divisão criminal. Art. 287. Nesta sala poderá haver uma bibliotheca composta de livros de leitura amena e edificante, para o uso dos presos, seguindo os graus de inteligência e disposições morais de cada um. Art. 288. A leitura poderá ser feita, pelo Capelão ou outro empregado designado pelo diretor, em voz alta, acompanhado de instruções familiares aqueles que não puderem aproveitá-la individualmente. Art. 289. A leitura poderá ser extensiva aos presos de outras classes, quando, por causa de mau tempo ou de outras circunstâncias, forem suspensos os passeios (BRASIL, 1882).

Quase um século após o decreto imperial, que já garantia direitos a leitura e a um lugar dotado de livros, de leitura amena e construtiva é que as bibliotecas prisionais se configuravam como prerrogativa legal dentro do Sistema Penitenciário Brasileiro, garantido pela Lei Federal de Execução Penais (LEP), datada de 1984. Entretanto é no âmbito desta referida lei, mais precisamente no art. 21, capítulo V, descrito assim: “Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, providas de livros instrutivos, recreativos e didáticos”. No quadro abaixo vemos a comparação entre o decreto imperial 8.386 de 14 de janeiro de 1882 e a Lei Federal Prisional – LEP 7.210 de 11 de julho de 1984.

QUADRO 2. Decreto Imperial X Lei de Execução Penal

<b>INDAGAÇÃO COMPARATIVA</b>	<b>DECRETO IMPERIAL</b> <b>8.386, 14 janeiro 1882.</b>	<b>LEI DE EXECUÇÕES PENAIS</b> <b>- LEP</b> <b>7.210, 11 julho 1984</b>
QUEM ASSINOU?	IMPERADOR	PRESIDENTE

SALA RESERVADA (BIBLIOTECA)	REUNIÃO PARA SECÇÕES	REUNIÃO PARA AULAS DA EDUCAÇÃO
DIAS PARA UTILIZAÇÃO DA BIBLIOTECA	DOMINGOS E FERIADOS SANTOS	SEGUNDA À SEXTA
REQUISITOS PARA ACESSO A BIBLIOTECA	AValiação PSICOLÓGICA E SOCIAL	ACOMPANHAMENTO PELA EDUCAÇÃO
RESTRIÇÃO DE ACESSO POR TIPO DE CRIME	RESTRITO AOS PRESOS DE 3º CLASSE CRIMINAL	ABERTO A TODAS AS CATEGORIAS DE PRESOS
RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA	CAPELÃO OU FUNCIONARIO INDICADO PELA DIREÇÃO	BIBLIOTECÁRIOS OU PROFESSORES
PROJETOS DE REMISSÃO E PROGRESSAO DE PENA	NÃO EXISTE	EXISTE

FONTE: Produzido pelo autor a partir das informações existentes no Decreto Imperial 8.386/1882 e na Lei de Execuções Penais 7.210/1984.

A tabela acima evidencia tópicos comparativos entre o decreto imperial 8.386, e a Lei de Execução Penal 7.210, ambos relativos à existência da Biblioteca, no ambiente do Sistema Penitenciário Brasileiro, num inerva-lo de quase um século de existência, em que evidencia as mudanças e transformações no funcionamento e no acesso da mesma.

A existência da biblioteca nos presídios, apesar de ser regulamentada e já existir a mais de um século, ainda não suficiente para despertar a consciência do poder público sobre sua importância e o seu papel ressocializador. Sabemos que o trabalho realizado pela biblioteca produz mudanças significativas no comportamento e na mentalidade dos presos, fazendo uso de materiais literários, didáticos e recreativos.

Essas mudanças só são possíveis pelo empenho de profissionais da educação, empenhados em lapidar pessoas brutas e sem formas, que muitas vezes não tiveram a oportunidade de frequentar uma escola, ou por diversos outros motivos, se desviaram ao longo da vida. Um exemplo disso pode ser identificado quando acessamos o relato da bibliotecária Cátia Lindermann (2017) publicado na Revista Biblio Carta Capital onde é afirmado que a Biblioteca Prisional “não é assistencialismo, mas direito legal de todo e qualquer apenado” demonstrando como uma simples iniciativa pode desencadear um efeito dominó no que diz respeito ao incentivo e interesse pela leitura por parte dos apenados.

A referida bibliotecária relata que ao tentar despertar o interesse dos apenados na penitenciária estadual de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, enfrentou a rejeição de muitos apenados as suas propostas já que quase 99%, nunca haviam lido um livro em sua vida. Foi necessário que a bibliotecária se reinventasse para alcançar essas pessoas, pensando em

soluções práticas para o problema. Ela passou então a observar e prestar atenção nos interesses dos apenados e com isso, criou um perfil de leitura para eles, levando apenas obras específicas que despertassem os seus interesses pela leitura.

Esse relato de Cátia Lindemann nos faz parar para pensar, e nos remete para a segunda lei de Ranganathan: “[...] Segunda Lei - A cada leitor seu livro: elucida indícios de que os usuários apresentam necessidades específicas e os itens informacionais precisam satisfazê-las, o que indica a necessidade da democratização do acesso ao acervo organizado pela biblioteca (Ranganathan, 2009, p. 1-2).

Iniciativas como esta nos mostram como é importante o entendimento do público leitor e o uso da criatividade para despertar o interesse e poder promover uma leitura significativa que contribua para a mudança de atitude, trazendo novos significados e percepções e promovendo uma mudança de vida para todos aqueles que necessitam.

### **3 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO**

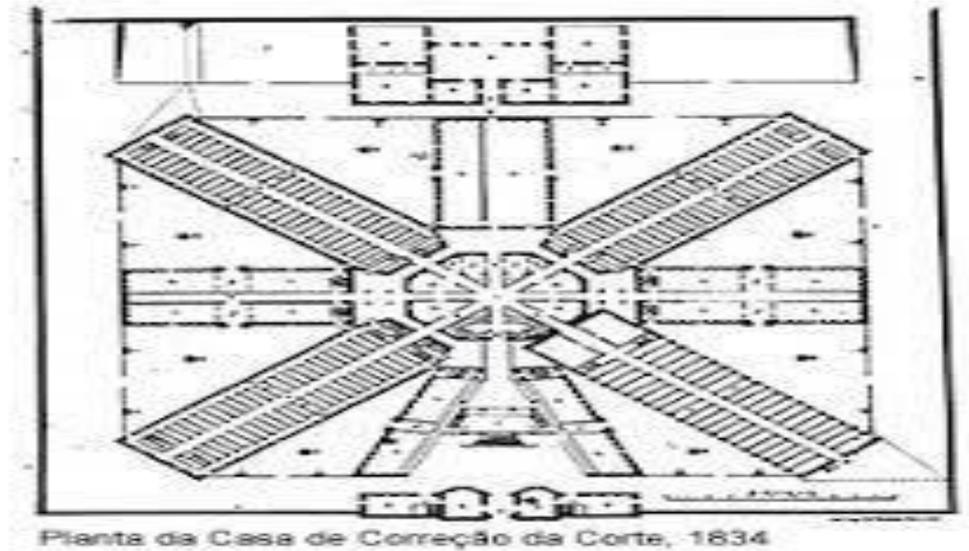
O Sistema Penitenciário Brasileiro tem sido objeto de intensos debates e preocupações ao longo de sua história. Sua evolução é o reflexo de uma complexa intersecção de fatores sociais políticos e econômicos. Suas raízes remontam ao período Colonial quando o sistema penal estava fortemente relacionado à escravidão e à exploração colonial.

A primeira prisão brasileira, conhecida como “Cadeia do Rio de Janeiro”, foi construída em 1769 e ficou popularmente conhecida como Casa de Correção da Côrte. A abolição da escravidão em 1888 trouxe novos desafios para o sistema penal, uma vez que uma população de ex-escravos sem assistência adequada tornou-se vulnerável a criminalidade.

Araújo (2009) afirma que, durante esse período, não havia celas propriamente ditas, apenas alguns cômodos com grades. Os trabalhos realizados ao ar livre eram acompanhados por feitores que dispunham das correntes atadas aos tornozelos dos sentenciados, do chicote para manter a disciplina e de um pequeno destacamento militar para cuidar da segurança.

Ao longo dos 150 anos em que ficou de pé, a Casa de Correção ganhou contornos dos presídios que habitam o noticiário atual: ampliou o número de prédios, subiu muros, cresceu em termos populacionais, se transformou em oito pavilhões (Muniz, 2017).

Figura 4. Mapa da Casa de Correção da Côrte.



Fonte: Memória da Administração Pública Brasileira.

Com a constituição de 1824 aconteceu uma reforma no sistema punitivo, banindo as penas cruéis, passando por um momento de humanização buscando a reforma moral do infrator (Shecaria, 2002). A referida lei disciplinava que as cadeias deveriam ser seguras, limpas, bem arejadas e a separação dos réus por circunstâncias e pela natureza de seus crimes, isso de forma parcial, já que as penas cruéis foram mantidas para a população escrava (Shecaria, 2002, p. 13). Instaurou-se ainda, que os apenados seriam divididos pelos crimes cometidos, ou seja, seria realizada uma triagem penal de seus artigos cometidos, e suas punibilidades, porém, isso nunca de fato aconteceu na prática, já que a lei nunca era seguida e os apenados permaneciam juntos e misturados nas mesmas celas, independentemente de serem militares ou paisanos, ou se eram processados por crimes comuns ou presos por qualquer motivo declarado.

No início do Sistema Penal, foram várias as influências do iluminismo, um movimento cultural europeu do século XVII e XVIII, que buscava gerar mudanças políticas, sociais e econômicas na sociedade. O iluminismo acreditava na disseminação do conhecimento, como forma de enaltecer a razão em detrimento do pensamento religioso, ou seja, defendiam o uso da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade, e assim garantir o seu progresso. Dentre os iluministas importantes destacaram-se grandes nomes como Montesquieu, Voltaire, Adam Smith e David Hume, e esse período ficou conhecido como “o Século das Luzes”.

No Brasil existem seis tipos de estabelecimentos prisionais, sendo eles a penitenciária, a colônia agrícola (que também pode ser industrial ou similar), a casa do albergado, centros de

observação, hospital de custódia e tratamento psiquiátrico e a cadeia pública. A penitenciária é para onde são direcionados os presos condenados a regime fechado, dispostos individualmente nas celas com dormitórios e sanitários individuais. Os presos que estão em regime semiaberto são enviados para as colônias, onde podem ser alojados coletivamente, dependendo da salubridade do local. (Lopes; Pires; e Pires, 2014, p. 1).

Os presos que cumprem pena no regime semiaberto são aqueles que se comprometem com a justiça a serem monitorados por tornozeleira eletrônica e devem seguir várias recomendações da justiça como: horários para se recolher a noite, não se ausentar da cidade onde reside, não andar armado ou consumir bebida alcóolica, entre outros.

Os presos em pena privativa de liberdade e em regime aberto são enviados para a casa do albergado, um prédio que deve ser situado em centro urbano (porém separado dos demais estabelecimentos), que “caracteriza-se pela ausência de obstáculos físicos contra a fuga. A segurança, nesse caso, resume-se à 19 responsabilidade do condenado, que deverá desempenhar seus afazeres durante o dia e a ela se recolher á noite” (Lopes; Pires; e Pires, 2014, p.1). Para o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico “destina-se aos inimputáveis e semi-imputáveis referidos no artigo 26 e seu parágrafo único do Código Penal” (Lopes; Pires; e Pires, 2014, p.1). Inimputável é todo aquele apenado que são consideradas incapazes de responderem pelos próprios atos, no ato do crime, e para comprovar isso, se faz necessário exames psiquiátricos ou outros tipos de exames necessários.

A Cada dia que passa, podemos observar, junto com a sociedade, um aumento da criminalidade, presídios superlotados e uma crescente na violência causada muitas vezes pela reincidência criminal. Os apenados cumprem seu período punitivo em que permanecem privados de liberdade, e com seus direitos e deveres embasados na Lei de Execução Penal. Com esses direitos podem alcançar uma segunda chance pela justiça progredindo de regime fechado para um mais brando, onde podem dormir em seus lares ou apenas se apresentarem mensalmente pra prestarem conta de suas vidas. Porém, na vida em a sociedade, muitos deles encontram-se sofrendo por falta de políticas públicas que combatam a falta de educação.

Além disso, o mercado de trabalho já os estigmatizaram não os absorvendo, pois os temem; os governantes não os preparam para serem reinseridos de forma adequada e como consequência de tudo isso, os apenados, na maioria das vezes, não têm outra opção a não ser retornarem ao mundo do crime. O mundo do crime fascina pelas vantagens provisórias, mas não mostra a essas pessoas perdidas que o preço é muito alto a se pagar. Só saberá o preço pago pela perda da liberdade aquele que passar por esse sentimento.

O Cárcere apresenta vários problemas identificados ao longo dos anos, que refletem direta e indiretamente na vida dos apenados. O apenado quando chega ao presídio passa por uma identificação social sendo em seguida verificado a sua tipologia criminal para que no ato de sua remoção para o pavilhão tenha a garantia do Estado, e que onde for permanecer privado da liberdade, quaisquer que seja o pavilhão, nada possa acontecer de risco a sua vida, fazendo cumprir assim um dos direitos Constitucionais assegurados pelo Art.º 5, da Constituição Federal:

**Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

A trajetória na prisão é humilhante e repleta de violência. De acordo com Foucault (1987), uma das primeiras etapas pelo qual o preso passa é a da perda da sua identidade. Foucault (1987, p. 224) afirma que “conhecem-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. Entretanto, não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar”. Desde o seu surgimento são evidenciados diversos problemas do cárcere, sendo que, o movimento das reformas das prisões surge de forma contemporânea à própria prisão, e não tardiamente após a constatação de seus diversos problemas (Foucault, 1987, p.225).

O principal responsável pelo sistema carcerário brasileiro é o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional), órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança. Ele tem o dever de cuidar de todas as atividades relacionadas a avaliação, execução, e controle da execução penal nos presídios brasileiros. No último relatório referente à situação da população carcerária, identificou-se que o Brasil hoje é a terceira maior população carcerária do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China.

Segundo dados publicados, no último relatório elaborado pelo DEPEN, o Brasil acumula um déficit de 200 mil vagas nos presídios. O Conselho Nacional de Justiça afirma que há aproximadamente 800 mil presos no Brasil, e considerando esses números, existem cerca de 338 encarcerados a cada 100 mil habitantes, no país.

A Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) em seu 14º ciclo de levantamento de informações penitenciárias, com dados relativos ao primeiro semestre do ano de 2023, destaca que:

[...]14º Ciclo de Levantamento de informações penitenciárias com dados que dizem respeito ao primeiro semestre de 2023. O destaque do novo Levantamento é o aumento de 9,58% da oferta de atividades educacionais no Sistema Penitenciário Brasileiro além de 154.531 pessoas presas exercendo alguma atividade laboral (SENAPPEN, 2023).

Hoje no Brasil há 644.794 presos em celas físicas, neste regime. A pena obriga independentemente, de saídas para trabalhar e estudar, o apenado a dormir nos estabelecimentos prisionais. E temos ainda 190.080 apenados em situação de prisão domiciliar, o que diferencia da situação anterior, e que a estes é atribuído o direito de cumprir pena em sua casa, podendo ou não usar equipamentos de monitoramento eletrônico. Há uma estimativa para o futuro, em que a população carcerária poderá chegar a 1,5 milhão de presos em 2025.

### **3.1 O Sistema Penitenciário da Paraíba**

O Governo do Estado da Paraíba é responsável pela administração pública de 223 municípios, e muitos deles criados por Leis que definiam seus limites sobre as mesmas referências geográficas. Esses Municípios são divididos em 04 mesorregiões, assim denominadas de acordo com classificação estabelecida pelo IBGE: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano, com uma população de 4.048.336 pessoas, e segundo o último censo realizado pelo IBGE, são 1.933.467 homens e 2.114.869 mulheres.

A população carcerária da Paraíba fica hoje em torno de 12.824 pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário e sob custódia na Paraíba. São 12.180 homens e 644 mulheres Estes são dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023.

Os dois maiores presídios paraibanos são o Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega – ROGER e o Presídio Desembargador Silvio Porto, ambos localizados na cidade de João Pessoa-PB. Estes fazem parte de um total de 84 unidades prisionais. A sua população carcerária junta chega a aproximadamente 2700 presos, o que equivale a 22,16% da população carcerária da Paraíba.

O Sistema Penitenciário da Paraíba é administrado pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), localizado no centro administrativo de Jaguaribe. Com um efetivo aproximadamente de 1400 policiais penais, distribuídos pelas cadeias e presídios do Estado, tem a missão de manterem a ordem e a disciplina, e custodiarem os presos encaminhados pela Vara de Execução Penal (VEP), para o cumprimento de suas penas, sejam eles provisórios ou sentenciados.

### **3.2 O Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega – Roger**

A história do Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, popularmente conhecido como Presídio do Roger, remonta ao início do século XX, com inauguração datada de 1940.

Trata-se de uma instituição prisional localizada na cidade de João Pessoa-PB à Rua Conceição Cabral, s/nº, bairro do Roger. Sua história é marcada por uma série de desafios e controvérsias, mas apesar de tudo tem parte significativa na história do sistema penitenciário da Paraíba.

O espaço já foi considerado uma penitenciária modelo na época, apesar de apresentar uma construção antiga, erguida em uma área de 10 mil metros quadrados, guarnecida por muros altos e 07 guaritas ocupadas 24 horas por policiais armados da Polícia Penal. O presídio do Roger foi uma obra entregue a população de João Pessoa pelo então governador da época José Américo de Almeida no ano de 1951.

Na definição do padrão de construção segundo Adelson (2010), o autor esclarece que:

O presídio é construído para segurar, alojar e manter o preso no regime para o qual foi condenado. Pronto para garantir o cumprimento da sentença judicial. A construção deve ser dentro da técnica e padrões de engenharia e arquitetura prisional, com compartimentos, pavilhões, e celas que permitam salubridade, ventilação, claridade e condicionamento técnico adequado ao ser humano (Adelson, 2010, p. 26).

Figura 5. FOTO DA FACHADA DO ROGER



Fonte: Jornal Correio.

A estrutura de sua construção é composta por um prédio central em dois pavimentos, térreo e 1º andar, sendo o térreo composto pela entrada principal, recepção, coordenação, parlatório, enfermaria e sala de espera da OAB, destinado aos advogados. Já o segundo pavimento encontra-se na parte superior, no 1º andar, e sua estrutura contém uma sala destinada aos diretores, uma sala para defensoria pública onde os advogados, que o governo disponibiliza para os apenados que não possuem condições financeiras de substabelecer, oferecem seus serviços gratuitos, tendo ainda uma sala para alojamento feminino, uma sala para atendimento odontológico, uma sala e arquivo onde funciona toda parte administrativa do presídio e uma

sala para arquivo permanente, onde guarda toda documentação inerente aos apenados e ao presídio.

Saindo este prédio principal e seus pavimentos, passamos por um segundo portão em direção ao pátio principal, e nessa caminhada encontramos o alojamento reservado aos policiais penais masculinos, uma cozinha responsável pela comida dos policiais, e um ambiente conhecido como “gaiola” que leva esse nome devido as suas características, cercada por grades e com dois portões de entrada e saída para o pátio, lembrando bem, a imagem de uma gaiola. Nesse local é feito um acompanhamento de toda movimentação do presídio, sobre os que circulam entre o pátio e a área administrativa.

No pátio principal existem 08 pavilhões identificados da seguinte forma: Pavilhão 01, subdividido em alas distintas destinadas aos presos que trabalham na unidade, aos com problemas de saúde e os acusados de crimes sexuais, e temos o Pavilhão 01 denominado “Maria da Penha” designado aos presos acusados de violência doméstica; Pavilhão 02, Pavilhão 03, e Pavilhão 04, destinados aos presos que se identificam como faccionados, da facção criminosa Al-Qaeda da Paraíba. Temos ainda o Pavilhão 05, também destinado aos presos faccionados. Este por sua vez da facção criminosa Estados Unidos; existe o Pavilhão 06, reservado aos presos que não são faccionados, presos que não tem convívio com os presos dos demais pavilhões, e presos que foram expulsos dos pavilhões citados. Esse pavilhão é chamado de “seguro”, visto que, todo o preso que necessitar de abrigo terá que recorrer para aquele ambiente.

Ao lado do Pavilhão 05, temos também o pavilhão reservados aos presos que se denominam LGBT, pavilhão reservado por lei e acompanhado pela Vara de Execução Penal (VEP). Seguindo em direção aos fundos do pavilhão 01, existem mais algumas salas: sala reservada para a realização de audiência pública com cabines reservadas para as audiências online; uma sala de aula que divide o seu espaço com uma biblioteca improvisada, sem o acondicionamento correto, sem organização, um empilhado de livros desorganizados e alguns livros repetidos nas estantes, todos sem a preocupação necessária para conservação e preservação do acervo. Isto acontece, visto que, no presídio não existe um bibliotecário, profissional da informação que no uso de seus conhecimentos auxiliaria na organização, catalogação colocando todos os livros nas estantes e facilitando o acesso e a busca dos livros por parte dos apenados.

Figura 6. Biblioteca compartilhada com a sala de aula



Fonte: Arquivo pessoal.

Ainda no pátio principal, ao centro de toda unidade, existe uma estrutura enorme utilizada para os encontros religiosos das pastorais carcerária e evangélica em dias e horários específicos. Aos fundos da estrutura da igreja, encontra-se um ambiente subdividido em 06 espaços onde funcionam a sala da triagem para os presos que chegam da rua e estão em período de adaptação; e uma sala reservada aos apenados que apresentam doenças infecto contagiosas como tuberculose e pneumonia. Estes são isolados nesta sala com o intuito de prevenir a proliferação da doença nos pavilhões; e existem ainda 04 salas destinadas à disciplina do presídio, denominadas de isolado, visto que o preso permanecerá isolado dos demais, aguardando apuração de sindicância administrativa.

O presídio do Roger tem a missão de custodiar apenas os presos provisórios do sexo masculino. Devido à superlotação dos demais presídios, a unidade possui presos sentenciados que aguardam suas transferências ou suas liberdades, tudo dependendo da decisão judicial. Sua estrutura inicial foi idealizada para atender uma demanda de 300 vagas, e no passar dos anos passou por diversas reformas de ampliação de seus espaços físicos, elevando sua capacidade para 540 vagas.

Várias iniciativas foram tomadas no sentido de melhorar as condições de vida dos detentos, promovendo a ressocialização através dos projetos da secretaria de ressocialização, em conjunto com os professores da secretaria da educação prisional. Dentre os projetos existentes podemos citar a Remissão pela Leitura, regulamentada pela portaria nº 16/2021, datado de 18 de outubro de 2021, de autoria dos Juízes de Direito da Vara de Execuções Penais (VEP), Carlos Neves de França Neto e Dra. Andréa Arcoverde Cavalcanti Vaz. Temos também

a remissão pela educação, desenvolvida através de trabalhos nas salas de aula e de responsabilidade dos professores.

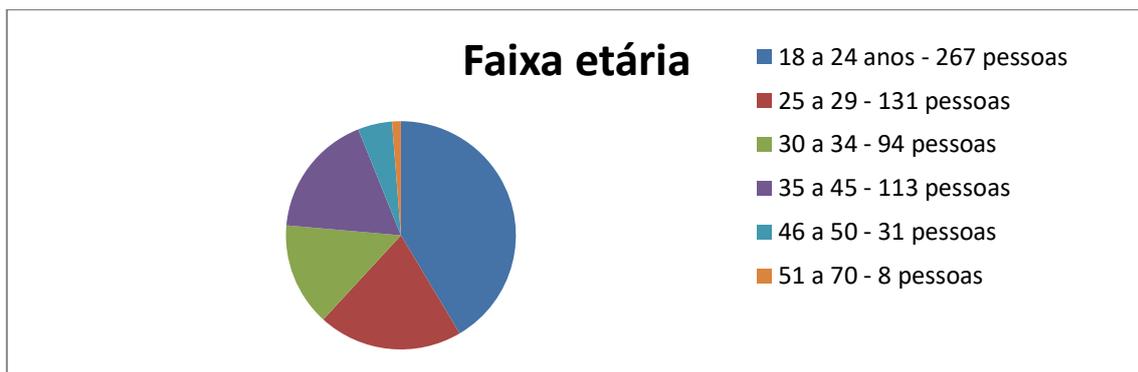
Figura 7 – Remissão pela Leitura.



Fonte: Conselho Nacional de Justiça.

A biblioteca prisional tem papel importantíssimo na remissão dos presos, visto que a educação faz uso de seu acervo diariamente na reabilitação e na construção do caráter do preso através de leitura didática, literária e educativa. A comprovação do uso e da leitura se faz através de projetos de leitura, produção de textos e elaboração de resenhas.

Gráfico 1 – Faixa Etária.



Fonte: INFOPEN.

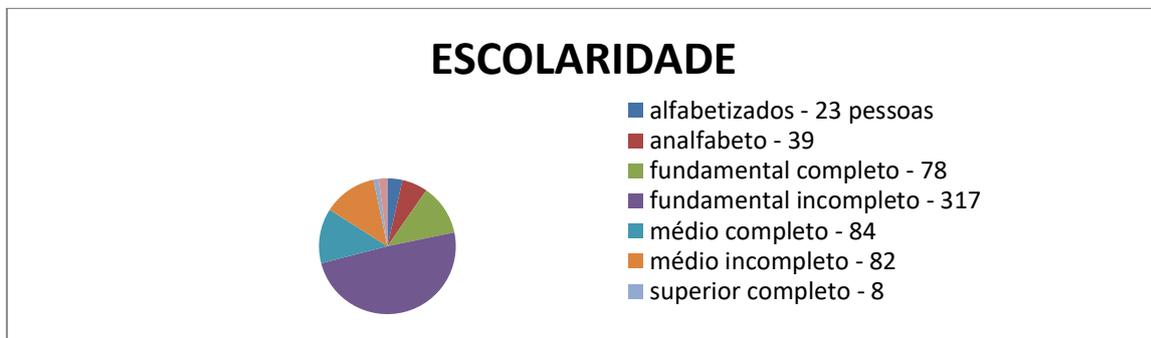
Observe que no gráfico acima relacionado, a faixa etária dos apenados do presídio do Roger, se descreve em seis faixas referenciais, começando entre os presos de 18 anos e os presos acima de 70, identificados através do portal do INFOPEN, responsável por toda informação documental dos apenados, e atualizada diariamente.

A população carcerária do presídio do Roger tem em sua maioria jovens e adolescentes que não ultrapassam os 30 anos, perfazendo um total de 398 apenados, o

equivalente a 62,57% de sua população. Deve-se levar em conta que esse número acontece pelo fato que os presos são provisórios e sua estadia se torna breve.

Realizando a mesma pesquisa na construção do perfil do apenado do Roger, podemos observar no gráfico abaixo o grau de escolaridade dos presos.

Gráfico 2 – Grau de Escolaridade.



Fonte: INFOPEN.

Neste segundo gráfico podemos observar no perfil dos apenados do presídio do Roger, que a grande maioria só estudou até o fundamental incompleto, ou seja, até o 5º ano do fundamental. Trata-se dos presos que sabem assinar seu nome, porém leem com dificuldade e desejam continuar seus estudos com a ajuda da educação na sua alfabetização.

O Presídio do Roger abriga hoje cerca de 636 apenados, entre presos provisórios e alguns sentenciados, que permanecem sob custódia da Justiça, aguardando decisão judicial. Construído para suportar 540 pessoas, mas devido ao aumento da criminalidade, e a superlotação dos demais presídios abriga um número relativamente superior à sua capacidade. Esses sinais de superlotação contribuem com os constantes riscos de deterioração das condições de sobrevivência, ampliam as tensões provocadas pelo confinamento compulsório sobrando para os policiais penais manterem a ordem e a disciplina no interior da unidade, participando de todas as atividades, que vão desde as vigilâncias e fiscalização até as possíveis custódias dos apenados em ambiente externo (hospitais, clínicas, fórum, estabelecimento bancário, entre outros), todos autorizados pela legislação vigente. Sobre esse referido tema, o autor Adelson (2010), expõe que:

o novo agente preocupa-se, também com o respeito aos direitos humanos e com a ressocialização do apenado. Cada um é um professor, um orientador, com vistas a recuperar seres desviados dos bons costumes, da ética, do respeito aos direitos alheios, da ordem e da lei, orientando-se para que levem uma vida responsável, isento de quaisquer infrações, dentro e fora da prisão, quando forem liberados. O homem e a mulher, mesmo presos, não perdem a cidadania. Gozam de todos os direitos a eles inerentes, salvo os restritos na sentença (Adelson, 2010, p. 205-206).

A unidade prisional do Roger encontra-se em constantes transformações físicas, com várias mudanças na sua estrutura e necessita de ações conjuntas com o Estado para que através de políticas públicas possa reassumir o controle do sistema penal, corrigindo os erros e trazendo soluções inerentes as condições reais de cumprimento da pena restritiva de liberdade, visto que a realidade prisional está muito distante do que é preconizado pela Legislação brasileira.

#### **4. O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NA BIBLIOTECA PRISIONAL DO PRESÍDIO DO ROGER EM JOÃO PESSOA-PB**

A profissão do bibliotecário apareceu há aproximadamente 200 anos, a partir da missão de algum homem ou mulher que se dedicava aos livros. De alguma forma, essa missão pessoal deixa de ser apenas pessoal e passa a se delinear como uma missão coletiva, um trabalho reconhecido também pelos outros (Ortega y Gasset, 2006).

O Profissional bibliotecário vem enfrentando muitas alterações ao longo dos anos, resultado das grandes transformações sociais que vem acontecendo no seu meio. Essas transformações alteram parâmetros ou diretrizes que antes eram estabelecidas pelas instituições que normatizavam o trabalho do profissional bibliotecário, e essas mudanças variam de acordo com o contexto na qual estão inseridas.

Como salienta Cunha (2003, p. 43), a profissão de biblioteconomia “é uma profissão essencialmente social, uma profissão de mediação e contato, de “fazer com o outro” de fazer para o outro, o bibliotecário só tem a ganhar com a colaboração com outros profissionais”. Futuros bibliotecários, que possam atuar no âmbito prisional, carecem de conhecimentos de alcance mais amplo que os de natureza técnica e de tecnologia de informação. Precisam dominar conteúdos de tecnologia social, provindo de fontes como psicologia, sociologia, história, dentre outros (Souza; Cabral, 2011, p. 04).

As Bibliotecas Prisionais ocupam um lugar estratégico no que diz respeito ao incentivo à leitura, acesso à educação, à ressocialização, a reinserção e a reintegração social dos apenados, por trazer aos homens e as mulheres reclusas um novo reinício para seu convívio social, proporcionado através da descoberta da leitura.

Além disso, Alvarado Chacón (1993) acrescenta que os serviços bibliotecários permitem aos prisioneiros o uso mais proveitoso de seu tempo, como também possibilita ao

apenado ampliar o seu desenvolvimento pessoal e obter conhecimentos gerais que contribuem para aliviar a tensão do enclausuramento.

Existe uma imagem formada na cabeça de todas as pessoas acerca das atividades desempenhadas pelo profissional bibliotecário e isso se perpetua no imaginário de todos que não conhecem suas reais qualidades, e ainda pensam que ele é “o cara” que organiza os livros, e pede constantemente o silêncio no ambiente da biblioteca. Todavia, é com a queda deste estereótipo do profissional bibliotecário que passamos a enxergar diversas mudanças na sua área de atuação, passando a perceber a responsabilidade social do bibliotecário no sentido de promover o acesso à informação a todos, independentemente, de cor, raça, sexo, religião ou condição social.

O bibliotecário desempenha suas atividades atento ao seu lado social, e com a consciência de sua grande responsabilidade junto à sociedade, mas também, entende que é preciso que sejam inseridos nos espaços reservados às bibliotecas prisionais, efetivando uma biblioteconomia mais humana e social.

A bibliotecária Cátia Lindermann em uma entrevista concedida à Chico de Paula afirma que:

A ausência de bibliotecário no sistema penal só comprova como de fato é o sistema penitenciário. Vejam bem, o cidadão comete um delito, é julgado, sentenciado e levado para a prisão. Por que? Exatamente porque transgrediu as regras, burlou a lei. Mas o sistema faz o mesmo com as bibliotecas. Ora, há uma lei que torna obrigatória a presença de bibliotecas nas cadeias e dentro da lei, elas são caracterizadas no mesmo patamar das escolares, ou seja, o que corrobora também com a presença de bibliotecário, à frente delas. Isso existe? Não! E sabe o que eu já ouvi do sistema? “Livro é luxo para preso”. Pera aí, não interessa o que A ou B acham, o que o Estado pensa e sim fazer valer uma lei. Cabe aos apenados divergir de uma certa lei e ficar em liberdade, impunemente sem precisar fugir ou esconder? Por que o Estado pode? (Lindermann, 2017, documento online).

Ao analisar conceitos inerentes à responsabilidade social do bibliotecário, o autor Brodfield (apud. Colares; Lindermann, 2015, p. 205-215) deixa claro que: “[...] a responsabilidade social do bibliotecário resulta em que o acesso à informação não deve ser obstaculizado nem pela sociedade, nem pela religião, muito menos pelo Estado”.

O bibliotecário atua dentro da biblioteca prisional e com o uso de suas habilidades consegue antever os problemas inerentes à biblioteca, responder prontamente aos questionamentos de forma humanizada a um grupo de usuários diferenciados, que já possuem suas limitações. Ele continuamente utiliza os recursos disponíveis para obter o sucesso, formulando estratégias e mostrando-se hábil para superar obstáculos diários durante a execução de suas atividades (Farias, 2015).

É necessário que a sociedade comece a entender a biblioteca do século XXI como um espaço de apropriação do conhecimento e um dispositivo cultural. Isso é uma tarefa a ser realizada pelos profissionais bibliotecários que fazem parte desse ambiente informacional. (Rasteli; Cavalcante, 2014; Ribeiro; Ferreira, 2016).

A biblioteca prisional em estudo, localizada no presídio do Roger, é um espaço carente de um olhar do profissional da informação, com graduação em biblioteconomia, para desenvolver projetos de estruturação e controle do acervo, com responsabilidade social, na humanização dos presos. A biblioteca do presídio do Roger necessita de um bibliotecário com um olhar humanizado, para desenvolver um trabalho organizacional, no sentido de retirar os livros do chão e das caixas, depois de passarem por uma revisão bibliográfica, de suas leituras, identificando as que são úteis para a reabilitação dos presos. A situação destes livros, nos remete a 1º lei de Ranganathan (2009) que fala o seguinte: “[...] os livros são para serem usados”, podendo ainda ser citado a 4º lei de Ranganathan (2009) que preocupado com o tempo do usuário, em especial a esta questão, o autor diz: “[...] poupe o tempo do seu leitor”. Essa realidade no espaço estudado se caracteriza pela falta de organização, livros empoeirados precisando de higienização, armazenados em caixas, ou melhor dizendo, empilhados em caixas, e sem identificação.

Toda leitura realizada dentro do ambiente carcerário, por parte dos presos, tem o objetivo de combater a ociosidade do cárcere, ocupando suas mentes de maneira que sobreponha o tempo em que esperam suas liberdades. O problema dessa busca de leitura esbarra em suas preferências de leitura e na falta de livros específicos, tendo em vista que a biblioteca do presídio do Roger necessita urgentemente da criação de um projeto de gestão de coleções para auxiliar a administração nas aquisições de novos livros, com características especiais, como o ambiente requer, para serem usados como ferramentas de reabilitação e recuperação dos presos.

Na atualidade esse profissional da informação busca executar um papel de mediador informacional e facilitar o seu acesso, pois de acordo com Almeida Junior (2009, p. 92): “[...] a mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação”:

[...] A mediação aparece de maneira implícita no momento da escolha dos materiais que farão parte do acervo da biblioteca, posteriormente no processamento técnico; já no Serviço de Referência e Informação a mediação aparece de maneira explícita. Sabendo que nas atividades de mediação explícita existe maior interação entre o bibliotecário e o usuário, na implícita/indireta é imprescindível também que haja uma preocupação e atenção do bibliotecário em se atentar às mudanças para melhoria e inovação no processo de comunicação com o usuário. (Almeida Junior; Santos Neto, 2014, p. 105).

A mediação da informação dentro da biblioteca prisional e a disseminação do conhecimento, contribuem diretamente com os projetos de remissão e ressocialização, que se limitam à 02 (dois) projetos remissivos de pena, e definidos assim: 01- Projeto de Remissão pela Leitura; e Projeto de Remissão pela Educação, regulamentado pela portaria nº 16 /2021, de ordem da Vara de Execuções Penais –VEP. A referida portaria 16/2021, regulamenta a remissão dentro do sistema penitenciário da Paraíba, definidos nos art. 1º ao art. 5º, descrito assim:

Art. 1º. Estabelecer procedimentos e diretrizes a serem observados pela autoridade administrativa para o reconhecimento do direito à remissão de pena por meio de práticas sociais educativas não escolares nos estabelecimentos penais de João Pessoa. Art. 2º. Práticas sociais educativas não escolares são atividades de socialização e de educação não-escolar, de autoaprendizagem ou de aprendizagem coletiva, assim entendidas aquelas que ampliam as possibilidades de educação para além das disciplinas escolares, tais como as de natureza cultural (incluindo artesanato, pintura e aulas de música), esportiva, de capacitação profissional, cursos religiosos, dentre outras, de participação voluntária, integradas, ao projeto político-pedagógico (PPP) da unidade prisional e executadas por iniciativas autônomas, instituições de ensino públicas ou privadas e pessoas e instituições autorizadas ou conveniadas com o poder público para esse fim. Art. 3º. O cálculo dos dias a remir pela participação em atividades de educação não escolar será realizado com base no número de horas correspondente à carga horária e à frequência efetiva da pessoa privada de liberdade nas atividades realizadas, à razão de 01 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de atividade. Parágrafo 1º. Para fins de remissão, o Diretor da Penitenciária deverá informar a Vara de Execução Penal, preferencialmente no respectivo Processo de Execução SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado), a inclusão do reeducando em atividades educativas não escolares, bem como a carga horária autorizada, a frequência e outras informações relevantes sobre o projeto. Parágrafo 2º. As atividades deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira, jornada máxima de 08 horas diárias, excluídos sábados, domingos e feriados. Parágrafo 3º. As frequências das atividades devem ser anexadas trimestralmente no respectivo Processo de Execução SEEU, salvo na hipótese de desistência, afastamento, transferência do (a) reeducando (a) ou término do prazo do projeto, hipótese em que deverão ser enviadas todas as informações pendentes. Art. 4º. Os atos omissos que compreendam os atos regulamentados nesta portaria serão decididos pelo Juízo da Vara de Execuções Penais. Art.5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado as disposições contrárias (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011).

A remissão por meio do estudo e da leitura passou a ser válida a partir de 2011 quando a Lei n. 12.433 altera a LEP e passa a introduzir o estudo também como forma de remissão, além do trabalho, que já era previsto como forma de remissão antes dessa alteração. O CNJ (2018) também traz informações sobre o processo da remissão da pena pela leitura, esclarecendo que para que esta se efetive é necessário que a autoridade penitenciária estadual

ou federal elabore um projeto que assegure critérios como a existência de um acervo de livros no local e a participação voluntariada do preso (BRASIL, 2018).

Diante do exposto, o preso tem o prazo de 22 a 30 dias para ler uma obra, e deve apresentar uma resenha a respeito dela ao final do prazo. A resenha deverá então ser avaliada pela comissão organizadora do projeto, sendo que a cada obra lida podem ser remidos quatro dias da pena, com um limite de até doze obras ao ano, ou seja, a cada ano o preso poderá remir no máximo 48 dias (BRASIL, 2018).

O projeto de remição desenvolvido na biblioteca prisional do presídio do Roger, por muito tempo foi desenvolvido pelos profissionais da educação, porém com as mudanças realizadas pela Secretaria de Administração Penitenciárias (SEAP), os projetos passaram a ser acompanhados pela Secretaria de Ressocialização da SEAP.

Na Sociedade da Informação, as bibliotecas como instituições sociais, assim como os bibliotecários em seu papel social, devem atuar como agentes democratizadores do uso da internet e de seus recursos, com criatividade e qualidade, potencializando e multiplicando o acesso a informação com precisão e equidade, evitando o crescimento da exclusão digital e facilitando o uso da informação a um número maior de pessoas (Benício, Silva, 2005, p. 6).

Nas unidades informacionais atuais, o profissional da informação busca socializar o acesso à leitura; atua como um agente democratizador da informação, busca organizar a informação e facilitar a acesso.

## **5 PERCURSO METODOLÓGICO**

Segundo Lakatos (2001, p.83) o percurso metodológico de uma pesquisa é considerado como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas”.

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica e documental, sob uma abordagem de cunho quali-quantitativa onde além da interpretação dos dados, será feito o uso de tabelas e gráficos para materializar os dados obtidos. O local escolhido para a realização da pesquisa será as bibliotecas prisionais da Cidade de João Pessoa dentro do universo prisional a saber: a biblioteca do presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, popularmente conhecido como Presídio do Roger, localizada no bairro do Roger.

Serão utilizados como instrumento de coleta de dados três questionários semiestruturado contendo 10 (dez) questões cada, direcionado a três atores que fazem parte do

universo prisional, a saber: 08 (oito) gestores, 04 (quatro) professores e 40 (quarenta) alunos/apenados pertencentes à unidade prisional pesquisada e existente junto à secretaria de ressocialização. Esta pesquisa tem o objetivo exploratório e descritivo.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar os desafios e obstáculos enfrentados pelo bibliotecário para exercer seu papel social nas bibliotecas prisionais de João Pessoa e as contribuições desse profissional para a reabilitação e a redução da reincidência criminal, e sua análise procura responder as seguintes questões: compreender o papel das bibliotecas prisionais; identificar os obstáculos e desafios enfrentados pelo bibliotecário para exercer sua função na biblioteca prisional; e demonstrar os benefícios trazidos pela existência do profissional da informação na biblioteca prisional.

### **5.1 Caracterização da pesquisa**

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico seguindo os seguintes passos: primeiro utilizou-se a bibliografia de autores como Koutantos (2007), Milanesi (2002), Silva (2013) para construir o conceito e definição de Biblioteca. Já Figueredo (1979) e Fonseca (2007) desenvolveram conteúdos que definiam a biblioteca especializada com o objetivo de demonstrar seu surgimento e sua evolução aos longo dos tempos e através dessas transformações, identificou-se que o usuário da biblioteca especializada resume-se em um público restrito e diferenciado e com necessidades especiais, ou com certas limitações. Esta limitação nos leva ao ambiente carcerário e as bibliotecas prisionais, que tiveram seus destaques com os autores Trindade (2009) e Silva Neto e Leite (2011) que as definiram, com o objetivo de familiarizar os leitores com estes termos e mostrar a importância das bibliotecas prisionais e o papel social do bibliotecário no ambiente carcerário.

### **5.2 Universo da Pesquisa**

Segundo Vergara (2005, p. 50) o universo e amostra trata-se de definir toda a população e a população amostral. Entende-se aqui por população não o número de habitantes de um local, como é largamente conhecido o termo, mas um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem características que serão objeto de estudo.

O sujeito da pesquisa está relacionado aos 28 (vinte e oito) profissionais que trabalham e contribuem direta ou indiretamente na administração das atividades existentes na biblioteca prisional do presídio do Roger, e acompanham os resultados dentro do projeto de remissão pela Leitura e pela Educação. Estes profissionais estão relacionados da seguinte forma: 03

(três) diretores, 05 (cinco) chefes de disciplina e 20 (vinte) professores da secretaria de Educação inseridos no contexto carcerário. Relacionam-se ainda nesta pesquisa 45 (quarenta e cinco) apenados, divididos entre: os que fazem uso da biblioteca regularmente, aqueles que não sabem ler, mas estão matriculados na escola buscando sua alfabetização, e aqueles que sabem da existência da biblioteca, porém não tem interesse pela leitura.

A pesquisa foi aplicada em sua totalidade a 100% da população citada, através de 03 (03) questionários de múltipla escolha, e respostas livres, contendo 10 (dez) questões cada, e desenvolvidos de acordo com a característica do entrevistado, definidos assim: questionário para gestores, questionário para professores e questionário para apenados.

### **5.3 Local da Pesquisa**

O local escolhido para a realização da pesquisa foi a Biblioteca Prisional do Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, popularmente conhecido como Presídio do Roger, na cidade de João Pessoa-PB, que é uma unidade de informação que se destaca como um dos principais meios de busca para ter acesso às fontes de informações, dentro do universo prisional. A Biblioteca tem sua participação significativa nos projetos de remissão, colaborando com a reabilitação dos presos.

### **5.4 Instrumento de Coleta dos dados**

Esta pesquisa fez uso de 03 questionários semiestruturados, contendo 10 (dez) questões direcionados a 03 (três) atores que fazem parte do universo prisional, a saber, 08 (oito) gestores, 04 (quatro) professores, e 40 (quarenta) alunos pertencentes a unidade prisional do Presídio Desembargador Flósculo da Nóbrega, popularmente conhecido como Presídio do Roger, existente junto à Secretaria de Ressocialização.

O questionário direcionado aos professores foi realizado através da plataforma do *Google Forms*, e os questionários dos gestores e apenados foram realizados de maneira presencial, com a realização da coleta das respostas dos questionários. A utilização do questionário permite ao pesquisador “obter conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas”, possibilitando ainda “atingir grande número de pessoas” (Gil, 1999, p. 129).

A ferramenta de coleta utilizada para a pesquisa foi o questionário, também chamado de Survey (pesquisa ampla), um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, e de elevada confiabilidade. Sua aplicação apresenta as mesmas questões para as pessoas envolvidas, garantindo o anonimato, podendo conter

questões que atendam finalidades específicas. Sua função é medir atitudes, opiniões, comportamento, circunstância de vida do entrevistado e outras questões.

## 6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os 03 (três) questionários realizados nesta pesquisa destinaram-se a analisar os desafios e obstáculos enfrentados pelo bibliotecário para exercer seu papel social na biblioteca prisional do Roger em João Pessoa, e qual contribuição esse profissional pode trazer para a reabilitação e redução da reincidência criminal. Os dados analisados foram coletados de 40 (quarenta) apenados e 08 (oito) gestores de forma presencial e de 04 (quatro) professores com a aplicação do questionário pela plataforma do *Google Forms*. Todos os questionários são compostos de 10 (dez) questões objetivas e descritivas e apresentados nos apêndices A, (aplicado com os professores do sistema penal de forma online através da plataforma do *Google Forms*); e apêndice B (aplicado aos apenados) e C (aplicado aos gestores), ambos por meio de entrevista presencial e individual.

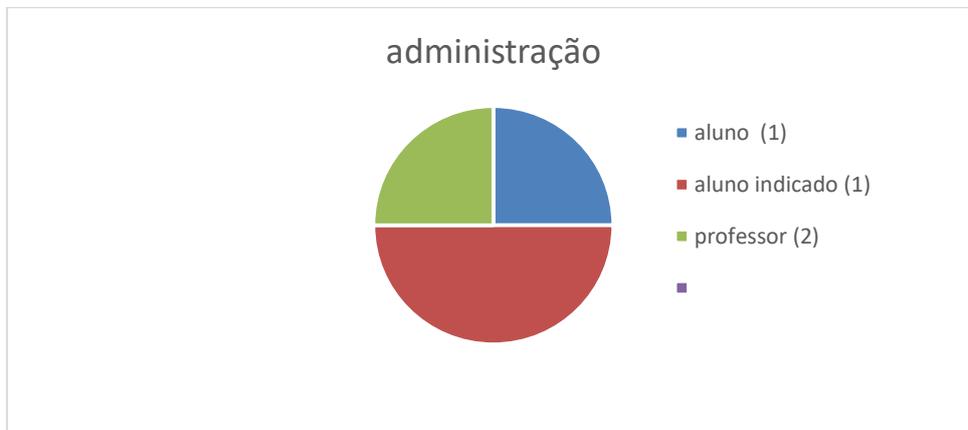
O questionário do Apêndice A, foi aplicado na plataforma do Google Forms, aos 04 (quatro) professores do sistema penal que desempenharam atividades na biblioteca do presídio do Roger contendo 10 questões objetivas e descritivas, em que os quatro professores se dispuseram a participar da pesquisa por livre e espontânea vontade, respondendo via correio eletrônico (e-mail). E, para identificar melhor as respostas dos questionários, ficaram definidos como Prof. 1, Prof. 2, Prof. 3 e Prof. 4.

Dentro do Apêndice A, foram realizados os seguintes questionamentos direcionados aos professores do sistema penal através de um questionário contendo 10 (dez) perguntas, a respeito da biblioteca prisional do presídio do Roger: A pergunta 1 buscou saber se a Unidade prisional possui biblioteca. Foi confirmado por todos os 04 professores que existia uma biblioteca, porém havia a necessidade imediata de um bibliotecário para organizar e retirar os livros das mesas e coloca-los nas estantes.

Na **Pergunta 2** foi feito o questionamento sobre a existência de um bibliotecário na biblioteca prisional do Roger. Todos os 04 professores responderam que não existia bibliotecário.

Na **Pergunta 3** questionou-se quem são os responsáveis pela administração da biblioteca do Roger. Houve diferenças nas respostas. O Prof. 1 declarou que era um aluno; o Prof. 3 e Prof. 4 declararam que era os professores e o Prof. 2 afirmou que era um aluno indicado pelo professor como podemos observar no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Administração da Biblioteca



Fonte: Google Forms Dados da pesquisa, 2023.

Na **Pergunta 4** buscou-se saber se os entrevistados concordavam que um bibliotecário na administração da biblioteca facilitaria a vida do usuário, proporcionando uma dinâmica diferente, no sentido de organizar o acervo e atualizar seus conteúdos dentro da perspectiva do preso. Todos os 04 professores confirmaram que SIM, pois, segundo eles, o bibliotecário possui formação profissional necessária para desenvolver atividades didáticas em conjunto com a educação.

Na **Pergunta 5** questionou-se se a biblioteca prisional do Roger é informatizada ou possui Ebooks. Todos os 04 professores declararam que não era informatizada. Já a **Pergunta 6** buscou saber quais as dificuldades encontradas pela educação na disseminação do conhecimento e na administração da biblioteca. Todos os professores responderam que faltavam livros e que o acervo era muito limitado. O Prof. 1 respondeu que faltava apoio do próprio sistema educacional e o tempo para trabalhar os projetos era reduzido. Já o Prof. 2 e o Prof. 3 responderam que faltavam livros com recursos didáticos.

Na **Pergunta 7** questionou-se qual o tipo de leitura disponível na biblioteca satisfazia todos os gostos literários do apenado, de forma que os motivem a novas leituras. Todos os 04 professores declararam que os livros existentes não eram satisfatório, pois faltavam livros segundo as necessidades informacionais.

Na **Pergunta 8** buscou-se saber qual a participação dos professores e da Secretaria de Educação nos projetos de Remissão e Ressocialização nesta unidade prisional. Os professores 01, 03, e 04 responderam que participavam no projeto de Remissão pelo estudo e o professor

02 respondeu que realizavam trabalhos voltados ao incentivo pela leitura com o objetivo de transformar a vida dos apenados.

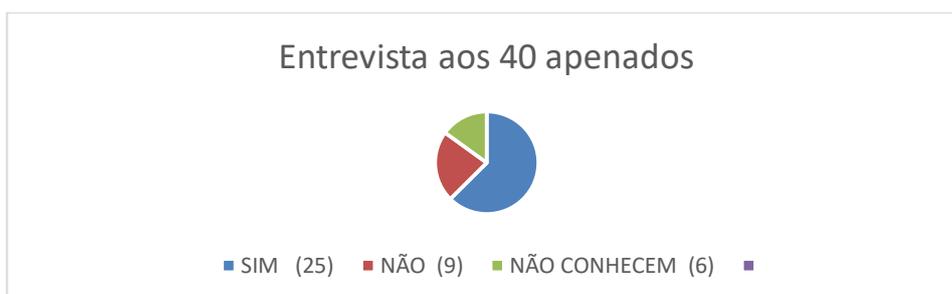
Na **Pergunta 9** questionou-se se o projeto de remissão pela leitura e a educação pela leitura, consegue alcançar todos os objetivos para a reabilitação do apenado. Todos os 04 professores responderam que o projeto no momento não alcançava todos os objetivos, devido à falta de livros específicos para as atividades e pela suspensão provisória dos projetos por parte da Secretaria de Ressocialização.

**Por último, a Pergunta 10** buscava saber o que é preciso mudar na biblioteca para melhorar seu funcionamento. Um dos professores respondeu que faltava material didático e apoio do sistema educacional. Já os demais professores, responderam que faltava material didático e humano, que auxiliassem na reabilitação dos apenados, faltava também uma estrutura organizacional da informação, livros específicos e de material paradidático.

Diante dos questionamentos, verificou-se que todos os professores têm entendimento do papel que desempenham na biblioteca; que existe uma biblioteca prisional, carente da inserção de um bibliotecário e da falta de recursos para organiza-la adequadamente. Além disso, faltam livros específicos que motivem a leitura e que se agrega a falta de leitura o estado em que se encontram os projetos de remissão, paralisados e suspensos provisoriamente.

Nos questionários realizados no Apêndice B, direcionado aos apenados, foram feitas 10 (dez) perguntas através do uso do questionário semiestruturado e de forma presencial, onde foram respondidos os seguintes questionamentos: A **Pergunta 1** buscava saber se a Unidade Prisional estudada possuía biblioteca. Dos entrevistados, 25 apenados responderam que SIM, que existia uma biblioteca; 9 apenados falaram que não conheciam por terem chegado a pouco tempo e 06 responderam que NÃO existia biblioteca.

Gráfico 4 – Questionário com 40 Apenados.

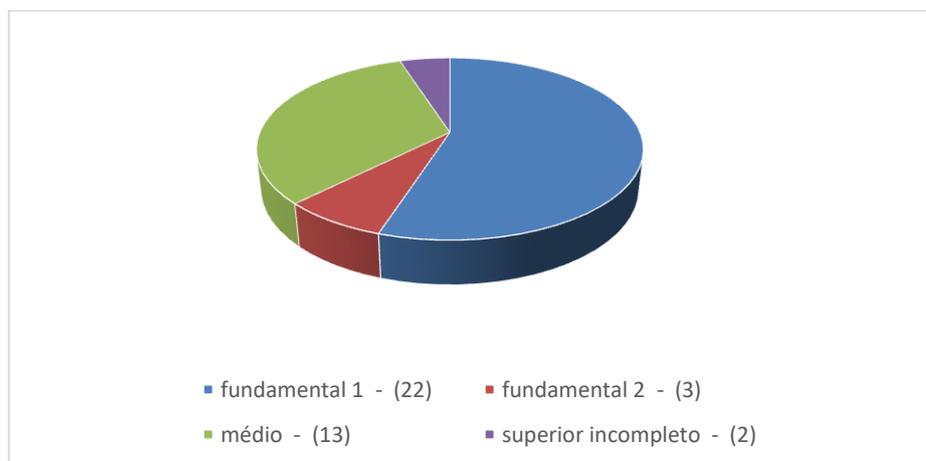


Fonte: Elaboração do autor após entrevista aos 40 apenados do Presídio do Roger – João Pessoa-PB.

A **Pergunta 2** buscava saber se o apenado era usuário do Acervo da Biblioteca de sua Unidade Prisional. Dos entrevistados, 18 apenados responderam que sim, que eram usuários da biblioteca; 09 apenados responderam que não conheciam a biblioteca, e 13 apenados responderam que não frequentavam.

Na **Pergunta 3** questionava-se qual seu grau de instrução escolar dos entrevistados. Deles, 22 apenados responderam que só haviam cursado até o Ensino Fundamental I; 03 apenados responderam que haviam cursado o Ensino Fundamental II, 13 apenados responderam que haviam cursado até o Ensino Médio e apenas 02 apenados cursaram até o Ensino superior, porém não haviam concluído. Esse resultado pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 5 – Escolaridade dos Apenados do ROGER



Fonte: Elaboração do autor após entrevista aos 40 apenados do Presídio do Roger – João Pessoa-PB.

A **Pergunta 4** buscava saber se o entrevistado Tinha conhecimento do conteúdo literário que a biblioteca está oferecendo aos apenados. Dos entrevistados, 18 apenados responderam que tinham conhecimento do conteúdo literário da biblioteca; 09 apenados responderam que não sabiam informar o tipo de conteúdo da biblioteca; e 13 deles responderam não serem frequentadores da biblioteca. Os apenados que afirmaram ter conhecimento que a biblioteca possuía livros de autoajuda, literários, didáticos e jurídicos.

Na **pergunta Pergunta 5** questionava-se se a biblioteca possuía um bibliotecário. Todos os 40 apenados responderam que não havia bibliotecário e que todas as atividades eram promovidas pelos professores, com a ajuda de um apenado responsável pela organização da biblioteca.

Na **Pergunta 6** buscava-se saber se os entrevistados Tinham dificuldades para acessar a biblioteca. Todos os apenados responderam que a biblioteca é de fácil acesso precisando apenas respeitar os horários e procedimentos de segurança do presídio. Já na **Pergunta 7** questiona-se se os entrevistados tinham dificuldade para encontrar o livro desejado. Como resultado, 19 apenados responderam que SIM, e justificaram com a falta de livros e os 21 apenados restantes responderam que não conheciam ou não frequentavam a biblioteca.

Na **Pergunta 8** questionava-se se a Biblioteca de sua Unidade Prisional é informatizada. Todos os 40 apenados afirmaram que não era informatizada e expuseram que a biblioteca funcionava de forma improvisada e de maneira precária.

A **Pergunta 9** buscou saber se os entrevistados tinham conhecimento da participação da biblioteca prisional diretamente nos projetos de Remissão e Reabilitação das pessoas privadas de liberdade. Dos entrevistados 15 apenados responderam que a biblioteca tinha sua participação nos projetos de remissão, e que eles já participaram e já foram beneficiados. Já os 25 apenados que não sabiam informar justificaram o fato de que não conheciam os projetos de remissão.

Por ultimo, a **Pergunta 10** buscou saber se na visão dos entrevistados os resultados alcançados pelos projetos de remissão dentro da biblioteca são satisfatórios? Entre os entrevistados 15 apenados responderam que NÃO, tomando por base a situação atual em que os projetos se encontravam, provisoriamente suspensos pela secretaria de ressocialização. Já 25 os apenados restantes declararam que não conheciam os projetos de remissão, visto que, não eram usuários da biblioteca, ou que haviam chegado a pouco tempo na unidade prisional.

Diante das respostas dos 40 apenados, coletados através do questionário aplicado de maneira presencial e individual, fica claro que todos os apenados sabem da existência da biblioteca e que nem todos têm interesse pela leitura. Mostra também que a biblioteca necessita de um bibliotecário para realização de trabalhos que motivem a leitura e eu esta busque soluções para a falta de livros específicos, e para o incentivo à leitura, colocando-se também como um mediador da informação, e que no uso de seus conhecimentos, consiga realizar um trabalho de inclusão social, utilizando-se dos projetos de remissão e recuperação dos apenados.

Por último, apresentamos o questionário do Apêndice C, direcionado aos 08 Gestores da Unidade Prisional do Roger, em que responderam o questionário contendo 10 (dez) questões relativas à existência, estrutura e projetos desenvolvidos na biblioteca prisional do Roger. Dentre os 08 gestores identificados, participaram entre eles 05 (cinco) diretores e 03 (três)

chefes de disciplina que realizaram a entrevista de maneira voluntária e de boa vontade, respondendo os seguintes questionamentos:

Na **Pergunta 1** foi questionado se aquela Unidade Prisional possuía biblioteca. Entre os entrevistados 04 diretores responderam que sim, afirmando a existência da biblioteca; 01 diretor respondeu que não havia biblioteca, e justificou pelo fato daquele espaço se assemelhava a um depósito de livros; já os 03 chefes de disciplina responderam que SIM, quando indagados sobre a existência da biblioteca.

A **Pergunta 2** questionou se na visão dos entrevistados existia algum Bibliotecário na administração do acervo na Biblioteca. Todos os 05 diretores e os 03 chefes de disciplina responderam que naquela biblioteca prisional não havia bibliotecários.

Na **Pergunta 3** questionou-se aos entrevistados se estes sabiam informar qual o papel de um bibliotecário dentro das bibliotecas. Todos os 08 gestores responderam que sabiam o papel de um bibliotecário, e que dentre suas qualidades, o bibliotecário era responsável pela organização da biblioteca e pelo incentivo à leitura.

A **Pergunta 4** questionou-se se os entrevistados sabiam informar o tipo de leitura que a biblioteca está oferecendo aos apenados. Os 05 Diretores responderam que tinham conhecimento de livros literários, didáticos e autoajuda. Já os 03 chefes de disciplina responderam que só possuíam conhecimento parcial sobre o tipo de material devido a desorganização.

Na **Pergunta 5** procurou-se saber se na visão dos gestores a Biblioteca Prisional é informatizada. Todos os 08 gestores responderam que a biblioteca não era informatizada. Já na **Pergunta 6** questionou-se se a Biblioteca prisional tinha participação nos projetos de Remissão e Reabilitação das pessoas privadas de liberdade. Todos os 08 gestores responderam que a biblioteca tinha participação nos projetos de remissão, porém também tinham conhecimento que os projetos encontravam-se paralisados aguardando determinação da Secretaria de Ressocialização.

Na **Pergunta 7** buscou-se saber se na visão dos gestores o acervo de livros da biblioteca está organizado dentro dos padrões exigidos para conservação e preservação do acervo. Todos os 08 gestores responderam que não estava organizado, e ainda acrescentaram que a biblioteca necessitava de um bibliotecário para realizar essa tarefa.

A **Pergunta 8** questionou a visão dos gestores em relação aos resultados alcançados pelos projetos de remissão dentro da biblioteca são satisfatórios. Todos os 08 gestores responderam que os resultados não eram satisfatórios no momento, e tomaram por base para

as suas respostas, a situação atual de suspensão provisória dos projetos, e que aguardam a retomada dos mesmos, pela secretaria de ressocialização.

Na **Pergunta 9** buscou-se saber a opinião dos gestores em relação a como inserção de um bibliotecário poderia contribuir com a gestão da biblioteca prisional. Todos os 08 gestores acreditam na contribuição do bibliotecário na biblioteca prisional pelo fato do bibliotecário ter formação profissional necessária na área. Por último, na **Pergunta 10**, questionou-se se na opinião dos gestores o acervo da biblioteca respeitava os padrões exigidos para conservação e preservação do acervo. Os 08 gestores responderam que a biblioteca necessitava de muitas ações voltadas a sua estruturação.

Diante do exposto das respostas coletadas pela entrevista aos gestores da unidade prisional do Roger, identificou-se que: Todos os entrevistados possuem conhecimento suficiente acerca da existência da biblioteca prisional, e de maneira conflitante esbarram na afirmativa quando se leva em conta a situação de desorganização. Sabem da importância da tecnologia para auxiliar os trabalhos executados na biblioteca, e das necessidades informacionais, e que novas ferramentas e dispositivos de suportes de leitura poderiam ajudar no incentivo à leitura. A biblioteca encontra-se desatualizada, carente de doações de livros, de trabalhos voluntários e parceiros que tenham o interesse de organizar o ambiente, e contribuir com os projetos de remissão ofertados pela unidade prisional. As atividades da biblioteca são voltadas aos projetos de remissão pela leitura, porém encontram-se suspensos por tempo indeterminado, passando por estudos e avaliações por parte da secretaria de ressocialização, para em breve serem retomados. Sendo assim, seus resultados são considerados insatisfatórios, apesar de sua existência, faltam material humano e didático para a realização de um trabalho mais humano e voltado para a inserção social.

## **6.1 Resultados obtidos**

O resultado desta pesquisa tem vários pontos de igualdade e referência, ocasionado pela construção dos três questionários, e que serão primeiramente apresentados os resultados das questões iguais, dos questionários distintos. A primeira pergunta desejava saber se as pessoas entrevistadas tinham conhecimento da existência de uma biblioteca. E todos responderam que sim, porém, um dos gestores com sua parcela de razão declarou que não tinha conhecimento de uma biblioteca naquela unidade prisional, e sim, um ambiente com um amontoado de livros. Também foi perguntado a todos os entrevistados se tinham conhecimento da existência de um bibliotecário naquela unidade prisional, na administração do presídio e responderam que não havia nenhum bibliotecário e que toda organização ficava

a cargo de um apenado indicado pelos professores, para organizar os livros de maneira que facilitasse suas buscas, mantendo sempre limpos na medida do possível.

Figura 8 – Biblioteca, organização e apenado



Fonte: Arquivo pessoal.

A pesquisa buscou saber o tipo de leitura que a biblioteca oferecia e se aquele material era suficiente para reabilitá-los? E como resultado da busca, todos declararam que a biblioteca necessitava urgentemente de novos livros, pois aqueles que ali estavam não os ajudava nem tampouco os motivava. Os livros que as bibliotecas ofereciam se misturavam com um material velho, ultrapassado, como é o caso dos livros de direito (vade-mécum) que passam por atualizações regulares e livros didáticos de disciplinas como física e química que em sua existência nunca eram utilizados nem mesmo pelos professores. Estes, por sua vez já utilizavam apostilas prontas do ENCEJA e do EJA. Foram sugeridos pelos professores que a biblioteca procurasse livros de autoajuda, e material de leitura mais humano.

A fim de traçar um perfil sócio educativo e o comportamento informacional dos apenados, realizamos uma pesquisa social em suas fichas individuais, junto ao INFOPEN, sendo representado em gráficos com o objetivo de facilitar sua compreensão por parte do leitor.

Num segundo tempo da pesquisa foi explorado a parte dos projetos de remissão da leitura e reabilitação dos presos e verificou-se que o conteúdo literário ofertado ali naquela biblioteca era insuficiente e pouco produtivo para recuperar vidas. Declarado ainda pelos professores que os problemas encontrados definiam-se: na falta de material de leitura mais humano, na ausência de um bibliotecário, na ociosidade das políticas públicas de segurança, na falta de recurso financeiro para novas aquisições, no desinteresse de alguns profissionais e no tempo reduzido para desenvolver trabalhos educacionais.

Figura 9 – Livros didáticos e de direito da biblioteca do Roger.



Fonte: Arquivo pessoal.

Podemos observar então que a falta de recursos próprios incide diretamente em todos os desafios de estruturar a biblioteca prisional e temos ainda, as mudanças tecnológicas que a instituição não consegue acompanhar, mesmo sabendo da importância da utilização de softwares atualizados. A falta do uso desses recursos acabam por refletir nas limitações dos usuários, ocasionando uma dificuldade no trabalho bibliotecário.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O decorrer deste trabalho nos levou através da história da biblioteca, do Sistema Penitenciário brasileiro e dos seus profissionais envolvidos. Constatou também a existência de estereótipos sobre o profissional bibliotecário e suas transformações sofridas ao longo dos tempos, deixando de ser um guardião do conhecimento e passando a ser conhecido como um mediador da informação. Nos dias de hoje, as bibliotecas possuem como principal objetivo a disseminação da informação e os bibliotecários da atualidade utilizam os novos recursos tecnológicos existentes a fim de potencializar e facilitar o acesso.

O bibliotecário atual busca constantemente promover e facilitar o acesso a toda informação existente de forma rápida e dinâmica, independentemente de estar no formato impresso ou no meio eletrônico. E de maneira inclusiva, saiu de sua zona de conforto para acompanhar as mudanças e as várias possibilidades de atuação profissional e justamente o Sistema Penitenciário é um deles, e, diga-se de passagem, não aproveitado, apesar da existência de leis históricas, como é o caso do Decreto Imperial, último ato do Imperador, na época, que regulamentava a existência de uma sala reservada para leitura em dias específicos e para um público de tipologia criminal definida. Com o passar dos anos, houve alterações do

decreto imperial que abriram as portas para todo aquele privado de liberdade que tivesse interesse na sua reabilitação, para posterior retorno a sociedade.

O bibliotecário é um agente mediador da informação e gestor do conhecimento, que possui atribuições distintas, no ramo de suas atividades. Como disseminador da informação ou como gestor, seu objetivo maior é organizar o conhecimento para facilitar o seu acesso a todo e qualquer um de maneira humanizada, indiferente a todo tipo de exclusão social.

Sugestionamos, ao fim de nosso trabalho, que a comunidade acadêmica e também, a todas as entidades fiscalizadoras, busquem junto ao governo o nosso espaço profissional, fato este inaceitável estar acontecendo, pois vivemos tempos de desemprego, diante de um universo 100% debitável profissionalmente. Desse modo, esperamos que o profissional bibliotecário possa ser visto não apenas em espaços já esperados como universidades ou escolas, mas que ele seja capaz de ocupar espaços ainda pouco visualizados pela sociedade, como é o caso das instituições prisionais, tendo seu trabalho reconhecido e principalmente, valorizado.

## REFERÊNCIAS

ADELSON, Pedro. **Sistema Penitenciário**: cotidiano dos presídios II, João Pessoa, Ed. Ideia, 2010.

ARAUJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cárceres Imperiais**: a casa de correção do Rio de Janeiro: seus detentos e o sistema prisional no império, 1830-1861. 336 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: inter-relações. **Informação & Informação**, v. 19, n. 2, p. 105, 2014. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/tbpci/article/view/17/39>. Acesso em: 05 set. 2023.

BARBOSA, R. R. et. al. Novo nome e novo paradigma? Da biblioteconomia à ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. esp., p. 81-91, jan. /jun. 2000. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/article/view/557/339>. Acesso em: 18 set.2023.

BENEDUZI, A. C. **Bibliotecas Especiais**: a biblioteca hospitalar como um repositório de saúde e bem-estar ao alcance do paciente. Porto alegre, 2004. 71 f. Monografia [Bacharelado e Biblioteconomia] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/>. Acesso em 22 set. 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 out. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.210, de 11.7.1984**: Lei de Execução Penal. Brasília, 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/consituicao/constituicao.html](http://planalto.gov.br/ccivil_03/consituicao/constituicao.html). Acesso em: 05 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias/** atualização junho de 2023. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacao-penitenciaria-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023> . Acesso em: 15 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço** – saiba como funciona a remição de pena. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81644-cnjservico-como-funciona-a-remicao-de-pena>. Acesso em: 25 ago. 2023.

CUNHA, Miriam Vieira da. **O papel do bibliotecário**. Enc. Bibli: Ver. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 15, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/indx.php/eb/article/viewfile/1518-2924-2003v8n15p41/5234>. Acesso em: 06 set. 2023.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. InCID: R. **Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/101368/103968>. Acesso em: 10 set. 2023.

FIGUEREDO, Maria Beatriz Arias Perez. **A Educação no Sistema Penitenciário Paulista: a experiência da FUNAP**. In: CRAIDY, Carmem Maria. Educação em prisões: direito e desafio. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 65.

FIGUEREDO, Nice Menezes de. **Bibliotecas Universitárias e Especializadas: paralelos e contrastes**. Revistas de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 9-25, jan. /jun.

FONSECA, E. N. DA. **Introdução à Biblioteconomia**. São Paulo: Pioneira, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 32. ed. Petrópolis: Petrópolis, 1987.

GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às Ciências e Técnicas da Informação e Documentação**. Brasília, DF: IBICT, 1994.

KOUTANTOS, Dimitrius. **Palavras que cheiram mar 2: Etimologia de mais de 1000 palavras gregas usadas em português**. [2007? ]. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55216929/dicionario-etimologico#archive>. Acesso em: 10 set. 2023.

LEITE, J. A. de C. **O acesso à informação e a restrição imposta nas instituições penitenciárias**. 2004. 67f. Monografia [Bacharelado em Direito] – Faculdade Integrada Antônio Eufrásio de Toledo. Presidente Prudente, 2004. Disponível em : <https://www.intemas.unitoledo.br/.../index.php>. Acesso em: 17 set. 2023.

LINDEMANN, Cátia. **Biblioteca Prisional não assistencialismo, mas direito legal de todo e qualquer apenado**. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/biblioteca-prisional0nao-e-assistencialismo/>. Acesso em: 27 out. 2023.

LINDEMANN, Cátia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista Acb: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 22, p. 703-723, ago. 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb>. Acesso em: 27 out. 2023.

LOPES, Hálisson Rodrigo; PIRES, Gustavo Alves de Castro; PIRES, Carolina Lins de Castro. **Organização penitenciária e os tipos de estabelecimentos prisionais no Brasil**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVII, n. 120, jan. 2014. Disponível em: < [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=14117](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14117)>. Acesso em 12 set. 2023.

MAIA, Cristiane et. al. Informação Científica e Tecnológica e desenvolvimento econômico e social: A contribuição da biblioteca especializada. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, Salvador, **Anais**. Salvador, 1991, v. 2, p. 683-691.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em 15 set. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1998.

MILANESI, Luís Augusto. **Biblioteca**. Cotia: Ateiê Editorial, 2002.

MUNIZ, Mariana. **Casa de Correção: o que mudou de 1850 pra cá?** 2017. Disponível em: <https://jota.info/justica/casa-de-correcao-o-que-mudou-de-1850-pra-ca-22012017>. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação.** Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2005.

ONOFRE, E. M. C. **Revista Educação e Linguagens.** Campo Mourão, v.1, n.1, ago. /dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduculings/issue/archive>. Acesso em: 22 out. 2023.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do Bibliotecário.** Brasília, DF: Briquet de Lemos/livros, 2006.

ORTEGA, C. D. **Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação.** Data Grama Zero, v. 5, n. 5, out. /2004. Disponível em: <https://basesribi.c3sl.ufpr.br/brapci/v./a/2048>. Acesso em: 08 out. 2023.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni; NASCIMENTO, Lucileide. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan. /abr., 2015.

SHECARIA, Sérgio Salomão. **Teoria da Pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SILVA NETO, E. G.; LEITE, F. C. D. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblios: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan. /jun. 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblios/article/view/1945>. Acesso em: 02 out. 2023.

SILVA, Rodolfo Costa da. **Biblioteca Prisional: Informação e reintegração.** 2011. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia), Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, Francisco das Chagas de; CABRAL, Maria Raimunda de Lira. O pensamento de formandos em Biblioteconomia sobre a contribuição do curso em sua preparação para atuação em biblioteca prisional, **Revista EDICIC**, v.1, n. 2, p. 1-18, abr.-jun. 2011. Disponível em: <https://www.edicic.org/revista/index.php?journal=REVISTAEDICIC&page=article&op=download&path%5b%5d-pdf>. Acesso em: 30 set. 2023.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **O PROJETO EDUCANDO PARA A LIBERDADE E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NAS PRISÕES.** In: CRAIDY, Carmen Maria. Educação em prisões: direito e desafio. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 15.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições.** 2009. 118 f. Monografia [Bacharelado em Biblioteconomia] – Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.

## ANEXOS

### APÊNDECE A – TRANSCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO APLICADO DE FORMA ONLINE (GOOGLE FORMS) AOS PROFESSORES

- 1- Esta unidade prisional possui biblioteca?  
Sim          Não
- 2- A biblioteca prisional do Roger possui bibliotecário?  
Sim          Não
- 3- Quem são os responsáveis pela administração da biblioteca do Roger?  
Sim          Não
- 4- Você concorda que um bibliotecário na administração da biblioteca prisional facilitaria a vida do usuário, dando uma dinâmica diferente, no sentido de organizar o acervo e atualizar seus conteúdos dentro da perspectiva do preso?  
Sim          Não          Talvez
- 5- A Biblioteca Prisional do Roger é informatizada ou possui E-books?  
Sim          Não          Parcialmente
- 6- Quais as dificuldades encontradas pela educação na disseminação do conhecimento e na administração da biblioteca?  
Resposta:
- 7- O tipo de leitura disponível na biblioteca, satisfaz todos os gostos literários dos apenados, de maneira que os mantenha motivados a retornarem para novas leituras?  
Resposta:
- 8- Qual a participação dos professores e da secretaria da educação nos projetos de remissão e ressocialização nesta unidade prisional?  
Resposta:
- 9- Os projetos de Remissão pela leitura e educação pela leitura, conseguem alcançar todos os objetivos para a reabilitação do apenado?  
Sim          Não
- 10- O que é preciso mudar na biblioteca, para melhorar seu funcionamento?  
Resposta:

**APÊNDECE B - ENTREVISTA AOS USUÁRIOS (APENADOS) DA BIBLIOTECA PRISIONAL DA UNIDADE PRISIONAL: DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA – ROGER**

- 1- Esta Unidade Prisional possui biblioteca?  
 sim       não
- 2- Você é usuário do Acervo da Biblioteca de sua Unidade Prisional?  
 sim       não
- 3- Qual seu grau de instrução escolar?  
 analfabeto    fundamental I    fundamental II    médio    superior
- 4- Tem conhecimento do conteúdo literário que a biblioteca está oferecendo aos apenados?  
 sim       não
- 5- A biblioteca possui um bibliotecário?  
 sim       não
- 6- Tem dificuldades para acessar a biblioteca?  
 sim       não
- 7- Você tem dificuldade para encontrar o livro desejado?  
 sim       não
- 8- A Biblioteca de sua Unidade Prisional é informatizada?  
 sim       não
- 9- Sabe informar se a Biblioteca participa diretamente nos projetos de Remissão e Reabilitação das pessoas privadas de liberdade?  
 sim       não
- 10- Os resultados alcançados pelos projetos de remissão dentro da biblioteca são satisfatórios?  
 sim       não

**APÊNDECE C - ENTREVISTA AOS GESTORES DA BIBLIOTECA PRISIONAL  
DESEMBARGADOR FLÓSCULO DA NÓBREGA – ROGER**

01- Esta Unidade Prisional possui biblioteca?

( ) sim ( ) não

02- Existe algum Bibliotecário na administração do acervo na Biblioteca?

( ) sim ( ) não

03- Você sabe informar qual o papel de um bibliotecário dentro das bibliotecas?

( ) sim ( ) não

04- Sabe informar o tipo de leitura que a biblioteca está oferecendo aos apenados?

( ) sim ( ) não

05- A Biblioteca Prisional é informatizada?

( ) sim ( ) não

06- A Biblioteca tem participação nos projetos de Remissão e Reabilitação das pessoas privadas de liberdade?

( ) sim ( ) não

07- O acervo de livros da biblioteca está organizado dentro dos padrões exigidos para conservação e preservação do acervo?

( ) sim ( ) não

08- Os resultados alcançados pelos projetos de remissão dentro da biblioteca são satisfatórios?

( ) sim ( ) não

09- Na sua opinião como gestor, a inserção de um bibliotecário poderia contribuir com a gestão da biblioteca prisional?

( ) sim ( ) não

10- O acervo da biblioteca respeita os padrões exigidos para conservação e preservação do acervo?

( ) sim ( ) não

## ANEXO 1- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

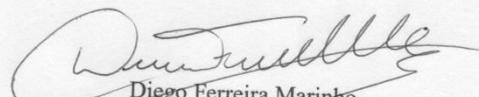
### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

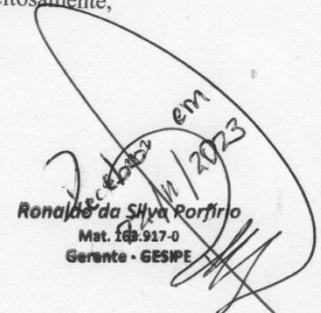
Senhor Gerente da GESIPE,

Solicitamos a autorização dessa Gerência, bem como autorização da Diretoria Administrativa, para a produção intelectual científica de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC intitulado “**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS DE JOÃO PESSOA: desafios, obstáculos e contribuições**”, do graduando em Biblioteconomia pela UFPB **DIEGO FERREIRA MARINHO**, sob orientação da Profa. Ma. Gerlane Farias Alves.

Essa autorização se faz necessária, tendo em vista que o referido graduando utilizará de informações presentes no âmbito da Biblioteca Prisional das Unidades Prisionais Desembargador Flósculo da Nóbrega – ROGER e Desembargador Silvio Porto, ambas situadas na cidade de João Pessoa-PB, para compor o estudo de caso, com o objetivo de analisar o papel social do Bibliotecário profissional da informação responsável pela disseminação do conhecimento e facilitador de conteúdo informacional, atuante no contexto carcerário. A pesquisa de cunho exploratório diz respeito a um estudo de caso sobre os desafios, obstáculos e contribuições do bibliotecário na biblioteca prisional, identificando os problemas causados pela falta do profissional da informação na administração das bibliotecas prisionais e seus referidos acervos. Procedimentos e métodos utilizados na biblioteca prisional dos supracitados presídios, demonstrando a relação emitente entre uma gestão voltada aos acervos e os conceitos de preservação e conservação de documentos, aplicados durante o trabalho cotidiano. Dessa forma, será necessário o uso de técnicas de pesquisa como: entrevista, observação, coleta de dados e registros fotográficos que serão utilizados para compor a pesquisa que resultará em uma Monografia.

Respeitosamente,

  
Diego Ferreira Marinho  
Graduando em Biblioteconomia - UFPB

  
Ronaldo da Silva Porfiro  
Mat. 188.917-0  
Gerente - GESIPE

**ANEXO 2 - TERMO DE PERMISSÃO DO DIRETOR DO USO DAS INFORMAÇÕES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DAS INFORMAÇÕES**

Prezado (a) Senhor (a) Diretor

Esta pesquisa, intitulada “**O PAPEL SOCIAL DO BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB: Desafios, Obstáculos e Contribuições**”, está sendo desenvolvida pelo graduando em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) **DIEGO FERREIRA MARINHO**, sob orientação da **Profa. Ma. Gerlane Farias Alves**.

Solicitamos a sua colaboração para responder esta entrevista composta por **dez (10) perguntas** sobre o assunto, com duração média de 10 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em meio acadêmico assim como sua publicação em eventos e revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Agradecemos a sua colaboração!

**Diretor da Unidade Prisional**